

PROCESSO LICITATÓRIO Nº **90172.2026** (COMPRAS.GOV)  
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0292.2026.AC-65.PE.**90172**.SAD.HGV  
SEI Nº 0001210011557.000009/2026-67

## PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, através do Agente de Contratação 65, designado(a) por meio da Portaria nº 4061, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia 31/12/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao Documento de Abertura de Processo Licitatório, e com a respectiva autorização da Diretora Geral do Hospital Getúlio Vargas, a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO/POR ITEM**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

### 1. DO OBJETO

**1.1.** A presente licitação tem como objeto a formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento eventual de MATERIAIS PLÁSTICOS DIVERSOS, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às demandas dos seguintes órgãos participantes: Hospital Getúlio Vargas, Hospital Otávio de Freitas e Hospital Agamenon Magalhães.

**1.2.** A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes da presente licitação obedecerá aos quantitativos estimados, prazos, limites e demais condições estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, constante do Anexo III deste Edital.

**1.3.** O objeto desta licitação será dividido em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.4.** Os itens 1 a 26 são de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo vedada a subcontratação.

### 2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**2.1.** A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 310.636,69 (trezentos e dez mil seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e nove centavos), distribuído na forma indicada no Termo de Referência.

**2.2.** As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Hospital Getúlio Vargas:

Elemento de Despesa: 3.3.00.00

Hospital Otávio de Freitas:

Elemento de Despesa: 3.3.90.30

Hospital Agamenon Magalhães:

Elemento de Despesa: 3.3.90.30

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.1.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.2.** É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.3** A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do [compras.gov.br](http://compras.gov.br) com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

**3.4.** Não poderão participar desta licitação:

**3.4.1.** Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

**3.4.2.** Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

**3.4.3.** Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

**3.4.4.** Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

**3.4.5.** Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

**3.4.6.** Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

**3.4.7.** Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

**3.4.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

**3.4.9.** Pessoa física, na forma da lei;

**3.4.10.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**3.4.11.** Agricultor familiar / produtor rural.

## 4. DO CONSÓRCIO

**4.1.** Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio na presente licitação.

## 5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

**5.1.** Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

**5.2.** As sessões serão iniciadas em dias úteis.

**5.2.1.** Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

**5.2.2.** Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada.

**5.2.3.** Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

**5.2.4.** Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

**5.3.** Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada, através do sistema.

## 6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**6.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

**6.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

**6.3.** A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.

**6.4.** Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

**6.5.** Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

## 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

**7.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**7.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**7.2.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**7.2.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**7.2.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**7.2.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.4.** A licitante enquadrada Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 -A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.4.1.** nos itens exclusivos ou reservados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**7.5.** A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**7.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**7.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**7.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**7.9.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**7.9.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**7.10.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**7.10.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

**7.11.** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**7.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**7.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

**8.1.** A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

**8.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**8.3.** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

**8.4.** A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

**8.5.** O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

**8.5.1.** O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

**8.6.** Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

**8.7.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.8.** Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## 9. DA FASE DE LANCES

**9.1.** Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**9.1.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**9.1.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**9.1.3.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

**9.1.4** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**9.2.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**9.3.** O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

**9.4.** A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**9.5.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

**9.6.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**9.7.** Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

**9.8.** Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.9.** No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), salvo na situação prevista no item 9.8.

**9.10.** Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

**9.11.** O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

**9.12.** A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 10 (dez) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.

**9.12.1.** A prorrogação automática de que trata o item 9.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**9.13.** Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 9.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.



**9.14.** Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Agente de Contratação poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**9.15.** Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.

**9.16.** Encerrada a etapa de que trata o item 9.15, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

## 10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

**10.1.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**10.1.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**10.1.2.** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**10.1.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**10.1.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**10.2.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**10.2.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**10.2.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**10.2.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

**10.2.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**10.2.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**10.2.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.2.2.2. empresas brasileiras;

10.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**10.2.3.** Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

## 11. DA NEGOCIAÇÃO

**11.1.** Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

**11.2.** A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**11.2.1.** O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

**11.3.** Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

**11.4.** Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

**11.4.1.** No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

**11.5.** No caso previsto no item 11.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

**11.6.** O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

## 12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

**12.1.** Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).



**12.1.1.** A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

**12.1.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**12.1.3.** Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

**12.2.** A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo B do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

**12.3.** Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

**12.4.** O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

**12.5.** Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

**12.6.** A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

**12.7.** Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

**12.8.** Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

**12.9.** A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

**12.10.** A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

## 13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

**13.1.** O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

**13.1.1.** O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

**13.2.** Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

**13.2.1.** Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

**13.2.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**13.2.3.** O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados.

**13.2.4.** No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

**13.2.5.** No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

**13.2.6.** No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

**13.2.7.** No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

**13.3.** Para a análise da compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital, a licitante deverá anexar à proposta catálogo ou folder do fabricante dos bens ofertados, com as características dos materiais, para que o setor proceda a análise e apreciação técnica, mediante verificação da compatibilidade com as especificações do Termo de Referência, na forma e no prazo estipulado no item 12.3 deste edital.

**13.3.1.** A proposta deverá indicar a marca, de modo que estará vinculada ao fornecimento do referido objeto.

**13.3.2.** A não apresentação dos documentos referidos no item 13.3 será causa de desclassificação da proposta do licitante, se não houver o saneamento hábil em sede de diligência na forma do item 13.5, e).

**13.4.** Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**13.5.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) contenham falhas, apontadas pelo agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;
- f) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

**13.6.** Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

**13.6.1.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

**13.6.2.** A inexecuibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

**13.6.3.** A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

**13.7.** Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

**13.8.** Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

**13.9.** Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

**13.10.** Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

**13.11.** Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

## 14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**14.1.** A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

**14.2.** Habilitação Jurídica:

**14.2.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**14.2.2.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**14.2.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**14.2.4.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**14.2.4.1.** Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

**14.2.5.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**14.2.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**14.2.7.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**14.2.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

**14.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**14.3.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

**14.3.3.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

**14.3.4.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio da licitante;

**14.3.5.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**14.3.6.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante;

**14.3.6.1.** Se o domicílio da licitante se localizar fora do Estado de Pernambuco, deverá ser apresentada, adicionalmente, a CRF de Pernambuco.

**14.3.7.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

**14.3.8.** As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

**14.3.9.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a

critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**14.3.10.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**14.3.11.** Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

**14.3.11.1.** Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

**14.3.11.2.** Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

#### **14.4. Qualificação Técnica:**

**14.4.1.** Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**14.4.1.1.** Será considerado compatível em características o fornecimento de material de consumo.

**14.4.1.1.1.** Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 20% (vinte por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item.

**14.4.1.2.** Para fins de aferição do percentual mínimo de 20% (vinte por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

**14.4.1.3.** Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

**14.4.1.4.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**14.4.1.5.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**14.4.1.6.** Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

**14.4.1.7.** A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **14.5. Qualificação Econômico-Financeira:**



**14.5.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

**14.5.2.** Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

**14.5.2.1.** Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (**processos judiciais eletrônicos**) da sede ou domicílio da licitante;

**14.5.2.2.** A certidão descrita no item 14.5.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a **ressalva expressa** de que não abrange os **processos judiciais eletrônicos**.

**14.5.2.3.** No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

**14.6. Declarações complementares:**

**14.6.1.** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

**14.6.2.** Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

**14.6.3.** Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital

**14.6.4.** Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

**14.6.5.** Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

**14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:**

**14.7.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**14.7.1.1.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**14.7.1.2.** A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

**14.7.1.3.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**14.7.1.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**14.7.1.5.** A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



**14.7.1.6.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**14.7.1.7.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**14.7.2.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**14.7.3.** Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

**14.7.3.1.** Se os documentos indicados no item 14.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

**14.7.4.** Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

**14.7.5.** Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

**14.7.5.1.** Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

**14.7.6.** Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

**14.7.7.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

**14.7.8.** Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**14.7.9.** Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada item, os respectivos itens para os quais a licitante será habilitada.

**14.7.9.1.** Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados itens, a aplicação da regra prevista no subitem 14.7.9 restringir-se-á aos itens abrangidos pela respectiva homologação. A escolha dos itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

**14.7.10.** Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**14.7.10.1.** Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**14.7.10.2.** A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

**14.7.11.** Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 14.7.7.

**14.7.12.** Habilitada a licitante, o agente de contratação encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

**14.7.12.1.** É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

**14.7.13.** Em caso de participação de cooperativas, as regras de habilitação serão as seguintes:

**14.7.13.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**14.7.13.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**14.7.13.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**14.7.13.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**14.7.13.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**14.7.13.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**14.7.13.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

**15.1.** Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

**15.2.** Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

**15.3.** Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

## 16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

**16.1.** Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

**16.2.** Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

**16.2.1.** Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

**16.2.2.** Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

**16.3.** A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

**16.4.** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

**16.5.** Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## 17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**17.1.** Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

**17.1.1.** A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em **até 10 (dez) minutos** após a declaração do vencedor.

**17.1.2.** A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

**17.2.** Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**17.3.** As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

**17.4.** O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**17.5.** As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

**17.6.** A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br.

**17.7.** Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

**17.8.** Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

**17.9.** Verificada a regularidade dos procedimentos, o agente de contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

## 18. DO CADASTRO DE RESERVA

**18.1.** Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

**18.2.** O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

**18.2.1.** houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;

**18.2.2.** houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art. 38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

**18.3.** A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

**18.4.** A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

## 19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**19.1.** Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo III), no prazo de 5 dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

**19.2.** O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

**19.3.** No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

**19.4.** A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

**19.5.** Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

## 20. DO CONTRATO

**20.1.** A eventual contratação do Detentor da Ata deverá ser formalizada dentro do prazo de vigência da Ata, mediante instrumento contratual, conforme modelo constante do Anexo IV.

**20.2.** Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato ou retirada da Ordem de Fornecimento no prazo de 5 dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

**20.2.1.** O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

**20.2.2.** Se o instrumento de contrato não for assinado pelo representante legal do contratado, deverá ser apresentada procuração, devidamente reconhecido em cartório, com poderes que habilite o mandatário que habilitem a assinar o instrumento.

**20.3.** Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária no CADFOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

**20.3.1.** Se houver pendência documental no CADFOR e não for possível atualizá-lo por meio de consulta aos sites eletrônicos oficiais, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair o direito à contratação.

**20.4.** O não comparecimento injustificado da adjudicatária, a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação e a desatualização de seus documentos de habilitação no CADFOR importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item 21.1.2.

**20.4.1** Na hipótese do item 20.4, a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o Agente de Contratação retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

**20.5.** Poderá ser acrescentada ao contrato vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, não represente quaisquer ônus para a Administração e a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

## 21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**21.1.** Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

**21.1.1.** convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

**21.1.2.** deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

**21.1.3.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

**21.1.3.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**21.1.3.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**21.1.3.3.** desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

**21.1.3.4.** desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

**21.1.3.5.** apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

**21.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**21.1.5.** fraudar a licitação;

**21.1.6.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**21.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**21.1.7.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**21.1.7.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento.

**21.1.8.** cometer fraude de qualquer natureza;

**21.1.9.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**21.2.** As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**21.2.1.** Multa;

**21.2.2.** Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

**21.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

**21.3.** As sanções previstas nos itens 21.2.2 e 21.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**21.4.** A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

**21.4.1.** Multa de 1% (um por cento) a 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado para o item do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 21.1.1 deste edital;



**21.4.2.** Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3. deste edital;

**21.4.3.** Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 21.1.4. 21.1.5., 21.1.6., 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9 deste edital.

**21.5.** Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

**21.5.1.** No cometimento da infração prevista no item 21.1.1: de 6 a 12 meses;

**21.5.2.** No cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3: até 6 meses;

**21.6.** Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9: de 03 a 6 anos.

**21.7.** Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 21.5 e 21.6. deverão ser observadas:

**21.7.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**21.7.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**21.7.3.** Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

**21.7.4.** Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

**21.7.5.** A vantagem auferida em virtude da infração;

**21.7.6.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**21.8.** Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

**21.9.** As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

**21.10.** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

**21.11.** Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

## 22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**22.1.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

**22.2.** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

**22.3.** A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

**22.4.** Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021

**22.5.** Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

**22.5.1.** Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

**22.6.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

**22.7.** A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

**22.8.** Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

**22.9.** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

**22.10.** Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II – Declarações complementares;
- c) Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV – Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos).

**22.11.** Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

**22.12.** A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, “a”, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, 29 de abril de 2026.

Denise de Fátima A. Melo

Pregoeira/Agente de Contratação 65

PROCESSO LICITATÓRIO Nº **90172.2025** (COMPRAS.GOV)  
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0292.2026.AC-65.PE.**90172**.SAD.HGV  
SEI Nº 0001210011557.000009/2026-67

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual de **MATERIAL PLÁSTICOS DIVERSOS**, visando atender as necessidades do(a) Hospital Getúlio Vargas, Hospital Otávio de Freitas e Hospital Agamenon Magalhães, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e neste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/ 2021.

1.3. As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por itens e descritos conforme quadro(s) constante(s) no anexo D.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATMAT, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

#### 2. DAS JUSTIFICATIVAS

##### 2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A justificativa e objeto da contratação encontra-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 1 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

##### 2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. A justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 6 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

##### 2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 5 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

##### 2.4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. A justificativa para o parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 8 do ETP), anexo deste Termo de Referência, de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

##### 2.5. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s).

2.5.3. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que a vedação à participação de consórcios fundamenta-se por tratar-se de aquisição de material plásticos diversos, sendo usual a participação de empresas que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira e demais condições suficientes à execução de

contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o âmbito de possíveis licitantes. Também não está presente o grande vulto da contratação, pois o objeto é de baixa complexidade, o que contribui para a agilidade e eficiência do procedimento licitatório.

2.5.4. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

## **2.6. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO**

2.6.1. É permitida a participação de profissionais organizados em cooperativas, na forma do disposto no art. 16, da Lei nº 14.133/2021, na presente licitação.

## **2.7. DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO**

2.7.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que a necessidade de apresentação de requisitos específicos sendo incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

## **2.8. DA VEDAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR / PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO**

2.8.1. É vedada a participação de agricultor familiar E/OU produtor rural na presente licitação, uma vez que os itens apresentados não possuem relação alguma com agricultura familiar ou produtor rural.

## **3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

### **3.1. DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO / DETALHAMENTO DO OBJETO**

3.1.1. Além da descrição apresentada na(s) tabela(s) do quadro resumo deste Termo de Referência (Anexo D), para a aquisição do objeto deve-se observar as seguintes características:

#### **3.1.2. DESCRIÇÃO DOS ITENS**

As especificações abaixo definem os requisitos mínimos de qualidade, desempenho e características técnicas dos materiais a serem adquiridos, destinados ao uso em ambiente hospitalar e administrativo, devendo os produtos ser novos, de primeiro uso, isentos de defeitos, fabricados em conformidade com as normas técnicas vigentes e adequados às finalidades descritas.

Item	Descrição Técnica
1	<b>BOTIJÃO PARA ÁGUA MINERAL</b> – Botijão para água mineral, confeccionado em plástico polycarbonato, material atóxico, resistente e próprio para acondicionamento de água potável. Formato cilíndrico, capacidade nominal de 20 (vinte) litros, reutilizável, compatível com suportes e bebedouros padrão.
2	<b>CADEIRA PLÁSTICA COM BRAÇOS</b> – Cadeira tipo plástica, base fixa em polipropileno, com altura total aproximada de 76 cm, braços integrados. Assento em polipropileno, sem revestimento, medindo aproximadamente 55,0 x 55,5 cm (L x P). Encosto em polipropileno, sem revestimento, medindo cerca de 40,0 x 25,0 cm (L x A). Sem regulagens, admitindo variação dimensional de até 5%. Capacidade mínima de carga: 120 kg.
3	<b>CADEIRA PLÁSTICA SEM BRAÇOS</b> – Cadeira tipo plástica, base fixa em polipropileno, altura total mínima de 85 cm. Assento em polipropileno, sem revestimento, medindo aproximadamente 40 cm de diâmetro. Encosto em polipropileno, sem revestimento, medindo cerca de 40,0 x 25,0 cm (L x A). Sem regulagens, admitindo variação dimensional de até 5%. Capacidade mínima de carga: 120 kg.
4	<b>CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA COM TAMPA – 50 L</b> – Caixa organizadora em plástico resistente, formato retangular, medindo aproximadamente 55 x 37 x 16 cm, com tampa. Indicada para acondicionamento de soluções desinfetantes e armazenamento de materiais esterilizados. Capacidade aproximada de 50 litros. Admitindo variação dimensional de até 5%.
5	<b>CAIXA ORGANIZADORA EMPILHÁVEL</b> – Caixa organizadora em plástico, com sistema de encaixe superior e lateral, medindo aproximadamente 42,5 x 30,5 x 14,4 cm. Cor transparente, empilhável, indicada para organização e armazenamento de materiais diversos. Admitindo variação dimensional de até 5%.
6	<b>CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVA</b> – Caixa em plástico para uso geral, medindo aproximadamente 48,7 x 33,1 x 33,6 cm, na cor transparente, equipada com tampa com sistema de trava, permitindo empilhamento e proteção do conteúdo. Admitindo variação dimensional de até 5%.

7	<b>CAIXA PLÁSTICA TIPO BIN</b> – Caixa plástica tipo bin, confeccionada em plástico resistente, formato retangular, cores variadas. Medidas aproximadas de 15 x 18 x 29 cm (A x L x C). Indicada para acondicionamento e organização de medicamentos e pequenos materiais. Admitindo variação dimensional de até 5%.
8	<b>CAIXA ORGANIZADORA PARA MEDICAMENTOS</b> – Caixa em plástico transparente, medindo aproximadamente 56 x 38 x 20 cm, equipada com tampa com trava de segurança, alça para transporte e sistema empilhável. Indicada para armazenamento de medicamentos. Admitindo variação dimensional de até 5%.
9	<b>CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA – 20 L</b> – Caixa em plástico atóxico, liso, formato retangular, com tampa. Dimensões aproximadas de 44 x 24 x 22 cm. Indicada para uso geral. Capacidade aproximada de 20 litros. Admitindo variação dimensional de até 5%.
10	<b>CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA ALTA – 56 L</b> – Caixa organizadora em plástico, formato retangular, cor transparente. Dimensões aproximadas de 56,4 x 38,5 x 37,1 cm. Indicada para armazenamento de materiais hospitalares. Capacidade aproximada de 56 litros. Admitindo variação dimensional de até 5%.
11	<b>CAIXA PLÁSTICA PARA ENDOSCÓPIOS – 45 L</b> – Caixa em plástico atóxico, liso, formato retangular, com tampa. Dimensões aproximadas de 18 x 45 x 55 cm. Indicada para acondicionamento de endoscópios durante o processo de desinfecção. Capacidade aproximada de 45 litros. Admitindo variação dimensional de até 5%.
12	<b>CESTO EXPOSITOR EMPILHÁVEL</b> – Cesto expositor confeccionado em polipropileno, tipo empilhável, indicado para acondicionamento de produtos farmacêuticos. Dimensões aproximadas de 27,5 x 58 x 41 cm (A x L x P). Admitindo variação dimensional de até 5%.
13	<b>CARRO COLETOR DE LIXO – 510 KG</b> – Carro coletor em polietileno de alta densidade, com proteção UV. Capacidade de carga até 510 kg. Dimensões aproximadas de 1.330 x 1.360 x 1.095 mm (A x L x P). Tampa bipartida, dreno, alça para basculamento e reforço em chapa de aço. Cor azul. 4 rodízios giratórios, sendo 2 com freio. Conforme NBR 15911-3. Garantia mínima de 12 meses. Admitindo variação dimensional de até 5%.
14	<b>CARRO COLETOR DE LIXO – 660 L</b> – Carro coletor tipo contentor em polietileno de alta densidade, com 4 rodas giratórias (360°), sendo duas traseiras com trava. Capacidade mínima de 660 litros (aprox. 306 kg). Dimensões médias: 120 cm (A), 79,4 cm (P) e 1,37 m (L). Peso aproximado de 43 kg. Garantia mínima de 12 meses. Admitindo variação dimensional de até 5%.
15	<b>CORTINA DIVISÓRIA HOSPITALAR</b> – Cortina hospitalar sem emendas, em vinil antichama, antimofos e bactericida, com tela superior de 45 cm, bordas reforçadas e ilhoses de latão cromado de 21 mm a cada 15 cm. Medidas aproximadas de 7,0 x 2,25 m (L x A). Trilhos compatíveis em formato “U”. Atende à RDC nº 50/ANVISA, com certificado de inflamabilidade. Admitindo variação dimensional de até 5%.
16	<b>DISPENSADOR PARA SABONETE OU ÁLCOOL GEL</b> – Dispensador em plástico ABS, capacidade para 800 ml. Medidas aproximadas de 116 x 110 x 265 mm. Reservatório sanfonado, sistema asséptico com basculante em plástico e trava de segurança. Cor branca. Admitindo variação dimensional de até 5%.
17	<b>DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO</b> – Dispenser em plástico ABS, cor cinza, para fixação em parede. Capacidade para rolo de até 400 m. Medidas aproximadas de 263 x 138 x 126 mm (A x L x P). Acompanha buchas e parafusos. Admitindo variação dimensional de até 5%.
18	<b>DISPENSER PARA PAPEL TOALHA</b> – Dispenser em plástico ABS, cor branca, formato retangular. Medidas aproximadas de 360 x 260 x 240 mm (A x L x P). Capacidade para rolo de até 200 m. Admitindo variação dimensional de até 5%.
19	<b>ESTRADO PLÁSTICO – 50 x 50 CM</b> – Estrado em polipropileno, medindo aproximadamente 50 x 50 x 5 cm. Capacidade mínima de carga de até 1.000 kg. Admitindo variação dimensional de até 5%.
20	<b>ESTRADO PLÁSTICO – ALTA DENSIDADE</b> – Estrado vazado em polipropileno de alta densidade, medindo aproximadamente 1,20 x 1,00 x 0,15 m. Capacidade estática mínima de até 3.000 kg. Admitindo variação dimensional de até 5%.
21	<b>CAIXA PLÁSTICA PARA TRANSPORTE – 65 L</b> – Caixa em polipropileno, formato retangular, cor opaca, com tampa, alça e sistema de trava. Medidas externas de 600 x 400 x 370 mm e internas de 530 x 400 x 340 mm. Indicada para transporte de medicamentos e instrumentais cirúrgicos. Capacidade aproximada de 65 litros. Admitindo variação dimensional de até 5%.
22	<b>CAIXA PLÁSTICA BASCULHANTE – 120 L</b> – Caixa em polipropileno, tipo basculhante, formato retangular, cor opaca. Medidas aproximadas de 45,0 x 50,2 x 59,8 cm (A x L x C). Capacidade aproximada de 120 litros. Admitindo variação dimensional de até 5%.
23	<b>RECIPIENTE PARA LIXO EM MADEIRA PLÁSTICA</b> – Recipiente para resíduos em madeira plástica, formato redondo, medindo aproximadamente 70 x 50 cm (A x D). Capacidade aproximada de 94 litros, modelo duplo, com suporte. Admitindo variação dimensional de até 5%.
24	<b>CONE DE SINALIZAÇÃO</b> – Cone em PVC flexível, medindo aproximadamente 75 cm de altura e 40 cm de base, nas cores preto e amarelo, indicado para sinalização e segurança. Admitindo variação dimensional de até 5%.



25	<b>SUPORTE PARA GARRAFAO</b> – Suporte em plástico resistente, formato cônico, indicado para garrafão de água de 20 litros, cor bege, de fácil higienização.
26	<b>CAIXA PLÁSTICA TIPO BIN – 4 L</b> – Caixa em polipropileno, formato retangular, sem tampa, cor preta. Medidas aproximadas de 120 x 155 x 250 mm (A x L x C). Capacidade aproximada de 4 litros. Indicada para estantes tipo bin, permitindo organização, identificação e fácil acesso a pequenos materiais, insumos ou medicamentos. Admitindo variação dimensional de até 5%.

Os produtos deverão ser fornecidos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições, acompanhados, quando aplicável, de manuais, certificados de conformidade, laudos técnicos ou declarações do fabricante comprovando o atendimento às normas citadas.

3.1.3. O licitante deve levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

- Pallets plásticos: Atendendo à ABNT NBR ISO 8611 (Paletes – Requisitos de desempenho e segurança), resistência adequada para cargas hospitalares, materiais compatíveis com higienização frequente, isentos de contaminantes, e certificação Inmetro que comprove durabilidade e segurança no transporte e armazenagem.
- Cadeiras plásticas: Conformidade com a ABNT NBR 14776 (Assentos plásticos monobloco), garantindo resistência mínima a cargas de 120 kg, facilidade de higienização, utilização de materiais atóxicos e duráveis, com certificação Inmetro que assegure qualidade e segurança para uso institucional.
- Botijões de água mineral: Conformidade com ABNT NBR 16000, materiais que garantam vedação eficaz, resistência e segurança para contato com água potável, além de aprovação da Anvisa para uso em ambiente hospitalar e certificação Inmetro.
- Caixas organizadoras e caixas plásticas: Conforme ABNT NBR ISO 16232 (Requisitos para limpeza e embalagem de peças plásticas), materiais resistentes a impactos e agentes químicos, fácil higienização e padronização visual, com certificação Inmetro para garantir durabilidade e segurança.
- Considerando que na descrição do E-fisco (389092-9) Do Item 10 consta as dimensões 564 X 385 X 371 CM (ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO) Leia-se 56,4 X 38,5 X 37,1 CM (ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO).
- Dispenser para papel e sabão líquido: Em conformidade com ABNT NBR 16468 (Dispositivos dispensadores), resistência química e mecânica adequada para uso contínuo, materiais seguros para ambientes hospitalares conforme normas Anvisa e certificação Inmetro.
- Carros coletores de lixo: Atendendo à ABNT NBR 13544 (Gestão de resíduos de serviços de saúde), com materiais plásticos resistentes, fáceis de higienizar, protegidos contra contaminações, e certificados pelo Inmetro quanto à durabilidade e segurança operacional.
- Considerando que na descrição do E-fisco (369102-0) Do Item 14 consta as dimensões 120 cm X 79,4cm X 1.37 cm (ALTURA X PROFUNDIDADE X LARGURA) Leia-se 120 cm X 79,4cm X 1.37 m (ALTURA X PROFUNDIDADE X LARGURA).
- Cestos expositores: Conforme ABNT NBR 16003 (Recipientes plásticos para uso hospitalar), resistência estrutural adequada, facilidade de higienização e materiais atóxicos, certificados pela Anvisa e Inmetro para uso seguro em ambientes de saúde.
- Cortinas divisórias hospitalares: Atendendo à ABNT NBR ISO 20743 (Propriedades antimicrobianas de têxteis), resistência à limpeza intensiva, materiais antibacterianos aprovados pela Anvisa, com certificação Inmetro que garante durabilidade e segurança.

### 3.2. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.2.1. A entrega do(s) be(ns) será realizada de **forma futura e parcelada**, periodicamente conforme a necessidade administrativa, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho, para cada uma das parcelas.

3.2.2. A entrega será realizada no(a) ALCLOG do(a) **Hospital Getúlio Vargas**, localizado na Av. Gal San Martim, s/n Cordeiro, Recife, PE, mediante agendamento prévio através do(s) telefone(s) 81-31845694, no horário das 08h às 17h e em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira ou pelo e-mail ue.hgv@alclog.com.br, onde os materiais serão conferidos e recebidos;

3.2.3. A entrega será realizada no(a) ALCLOG do **Hospital Otávio de Freitas**, localizado na Rua Aprígio



Guimarães, s/n – Tejipió – Recife/PE ou CD ALCLOG MURIBECA AV. Empresário João Santos Filho nº 533, Muribeca- Jaboatão dos Guararapes, Cond. Industrial AJAM, Bloco D6 ao D9, de acordo com o agendamento. A entrega deverá ser previamente agendada pelos seguintes canais: Telefone: (81) 3182-8555 E-mail: recebimento@alclog.com.br; expedicao@alclog.com.br; ue.hof@alclog.com.br. O horário para recebimento é das 8h às 16h, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

3.2.4. A entrega será realizada no(a) ALCLOG do **Hospital Agamenon Magalhães**, localizado na Estrada do Arraial, 2723, Casa Amarela, Recife, PE. mediante agendamento prévio através do telefone (81) 3184-1771, no horário das 08h às 17h e em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira.

3.2.5. Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho;

3.2.6. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

b) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas neste Termo de Referência e seus anexos, com a consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente;

b.1.) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.2.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.2.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução;

3.2.9. A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dia(s) útil(eis) que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.2.10. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dia(s) útil(eis), contados da notificação feita pelo fiscal, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade.

#### **4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

##### **4.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

4.1.1. O valor estimado global da contratação é de **R\$ 310.636,69** (trezentos e dez mil seiscientos e trinta e seis reais e sessenta e nove centavos) distribuído no(s) seguinte(s) item(ns):

a) Item 1 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 13.825,00 (treze mil oitocentos e vinte e cinco reais)

b) Item 2 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 37.193,30 (trinta e sete mil cento e noventa e três reais e trinta centavos)

c) Item 3 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 10.210,00 (dez mil duzentos e dez reais)

d) Item 4 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 11.127,60 (onze mil cento e vinte e sete reais e sessenta centavos)

e) Item 5 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 3.527,00 (três mil quinhentos e vinte e sete reais)

f) Item 6 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 1.011,00 (um mil onze reais)

g) Item 7 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 3.700,80 (três mil e setecentos reais e oitenta centavos)

h) Item 8 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 8.060,40 (oito mil e sessenta reais e quarenta centavos)

i) Item 9 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 2.622,80 (dois mil seiscientos e vinte e dois reais)

e oitenta centavos)

- j) Item 10 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$673,80 (seiscentos e setenta e três reais e oitenta centavos)
- k) Item 11 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 2.258,74 (dois mil duzentos e cinquenta e oito reais e setenta e quatro centavos)
- l) Item 12 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 1.692,00 (um mil seiscentos e noventa e dois reais)
- m) Item 13 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 37.719,54 (trinta e sete mil setecentos e dezenove reais e cinquenta e quatro centavos)
- n) Item 14 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 49.078,64 (quarenta e nove mil setenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)
- o) Item 15 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 64.485,96 (sessenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos)
- p) Item 16 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 9.968,00 (nove mil novecentos e sessenta e oito reais)
- q) Item 17 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 3.877,20 (três mil oitocentos e setenta e sete reais e vinte centavos)
- r) Item 18 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 10.941,00 (dez mil novecentos e quarenta e um reais)
- s) Item 19 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 3.116,40 (três mil cento e dezesseis reais e quarenta centavos)
- t) Item 20 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 11.448,00 (onze mil quatrocentos e quarenta e oito reais)
- u) Item 21 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 2.414,52 (dois mil quatrocentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos)
- v) Item 22 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 9.123,84 (nove mil cento e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos)
- w) Item 23 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 6.137,40 (seis mil cento e trinta e sete reais e quarenta centavos)
- x) Item 24 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 4.121,25 (quatro mil cento e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
- y) Item 25 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 832,50 (oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)
- z) Item 26 (cota de item exclusivo) – Valor estimado total - R\$ 1.470,00 (um mil quatrocentos e setenta reais)

4.1.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

## 4.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1. As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Hospital Getúlio Vargas

Elemento de Despesa: 3.3.00.00

Hospital Otávio de Freitas

Elemento de Despesa: 3.3.90.30

Hospital Agamenon Magalhães

Elemento de Despesa: 3.3.90.30

#### **4.3. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

4.3.1. No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos itens forem superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.

4.3.2. Considerando que todos os itens desta licitação possuem valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão estes considerados de participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou Microempreendedor Individual.

### **5. DA LICITAÇÃO**

#### **5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FORMA DE FORNECIMENTO E MODOS DE DISPUTA**

5.1.1. O objeto será executado por meio da forma de FORNECIMENTO PARCELADA com entrega FUTURA.

5.1.2. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO UNITÁRIO / POR ITEM.

5.1.3. O modo de disputa a ser utilizado no certame é o aberto.

5.1.4. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que:

a) O objeto da presente contratação trata-se de item comum para o qual a modalidade de licitação "Pregão Eletrônico" oferece bastante economia;

b) Trata-se de Registro de Preços, sendo o parcelamento em itens importante para ampliar a participação de empresas no certame;

c) A disputa aberta é a mais parecida com o tipo usualmente realizado anteriormente pelo Estado, com bons índices de sucesso, especialmente no caso em apreço (objeto comum), que costuma atrair várias empresas aptas a participar do certame.

#### **5.2. PROPOSTA**

##### **5.2.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

5.2.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante.

##### **5.2.2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA**

5.2.2.1. Para todo(s) item(ns) a(s) proposta(s) enviada(s) deverá(ão) ser acompanhada(s) do(s) seguinte(s) documento(s):

5.2.2.2. Catálogo ou folder do fabricante dos bens ofertados, com as características dos materiais, para que o setor proceda a análise e apreciação técnica, mediante verificação da compatibilidade com as especificações do Termo de Referência;

5.2.2.3. A proposta deverá indicar a marca, de modo que estará vinculada ao fornecimento do referido objeto;

### **6. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO**

#### **6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

6.1.1. Os requisitos de habilitação jurídica serão descritos no Edital da presente contratação.

#### **6.2. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

6.2.1. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

6.2.2. Será considerado compatível em características o fornecimento de Material de Consumo.

6.2.3. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo,

20% (vinte por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item;

6.2.4. Para fins de aferição do percentual mínimo de 20% (vinte por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

6.2.5. Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados, por ser razoável, pois assegura que o licitante tenha experiência prática relevante, sem que tal exigência se torne excessivamente restritiva ou inviabilize a ampla participação de empresas qualificadas. Essa proporção equilibra a necessidade de assegurar a capacidade técnica com promoção de uma concorrência saudável.

### **6.3. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

6.3.1. Os requisitos de qualificação econômico-financeira serão descritos no Edital da presente contratação.

## **7. DO REGISTRO DE PREÇOS**

### **7.1. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A opção pelo sistema de registro de preços para a contratação do objeto constante deste Termo de Referência tem fundamentação no art. 3º, incisos I, III e IV do Decreto nº 54.700/2023, visto que a aquisição MATERIAL PLÁSTICOS DIVERSOS requer a realização de contratações frequentes, com regra sob a forma de ordens de fornecimento, emitidas conforme a demanda naturalmente variável. Desse modo, o registro de preços é a forma mais eficiente de licitar tais materiais, uma vez que permite a efetivação de contratações de acordo com as necessidades do momento, sem vincular-se a quantitativos e prazos previamente definidos.

### **7.2. ÓRGÃO GERENCIADOR(A)**

7.2.1. O Hospital Getúlio Vargas é o(a) órgão gerenciador(a) deste Registro de Preços;

### **7.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

7.3.1. Figuram como órgãos participantes deste Registro de Preços:

1. O Hospital Getúlio Vargas
2. O Hospital Agamenon Magalhães
3. O Hospital Otávio de Freitas

### **7.4. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.4.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

### **7.5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO**

7.5.1. O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantagem dos preços registrados.

### **7.6. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO**

7.6.1. Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de preços oriunda deste Termo de Referência.

7.6.2. As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à gerenciadora da ata de registro de preços, por meio do telefone: (81) 3184-5820, e-mail: hgvcontratos@gmail.com, para autorização.

### **7.7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA**

7.7.1. As obrigações do órgão gerenciador(a) da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

## **7.8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA**

7.8.1. As obrigações da detentora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

## **8. DO CONTRATO**

### **8.1. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO**

8.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

### **8.2. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

8.2.1. O Detentor da Ata será convocada para a assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

8.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

### **8.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

8.3.1. As obrigações da **Contratante** serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

### **8.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

8.4.1. As obrigações da **Contratada** serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

### **8.5. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL**

8.5.1. Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021), pelas razões constantes neste termo de referência, considerando a baixa complexidade do objeto e visando evitar restrições à competitividade, conforme os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

### **8.6 PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL**

8.6.1 Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021), pelas razões constantes neste termo de referência, considerando a baixa complexidade do objeto e visando evitar restrições à competitividade, conforme os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

### **8.7. DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.7.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa de mercado, foi constatado que a execução do fornecimento pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

### **8.8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.8.1. As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.

8.8.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio de (81) 3184-5694, e e-mail: ue.hgv@alclog.com.br, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

8.8.3. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Hospital Getúlio Vargas, localizado à Avenida General San Martin, S/N, Cordeiro-Recife/PE –



CEP: 50.630-060, no horário de 08:00 às 16:00h, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

8.8.4. A Gestão da contratação ficará a cargo do(a) Superintendência de Suprimentos do Hospital Getúlio Vargas.

8.8.5. A Fiscalização da contratação ficará a cargo do(a) Chefia do Almoxarifado do Hospital Getúlio Vargas.

## **9. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO**

9.1. As disposições sobre o tema serão detalhadas em cláusulas da minuta do contrato de fornecimento de bens comuns ou especiais, anexo do Edital do presente certame.

## **10. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS**

### **10.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO**

10.1.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura da Ata de Registro de Preços serão previstas no Edital do presente certame.

### **10.2. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA**

10.2.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis em relação à detentora da ata de registro de preços estarão previstas na Minuta da Ata, anexo do Edital do presente certame.

### **10.3. DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO**

10.3.1. As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

## **ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

Anexo A – Modelo de ordem de fornecimento

Anexo B – Modelo de proposta

Anexo C - Estudo Técnico Preliminar – ETP

Anexo D – Quadro de Resumo

Recife, 07 de abril de 2026.

Sandra Marinho Albuquerque de  
Araújo Matrícula 258056-0  
Gerente do Almoxarifado

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Fornecimento (Atualizado em 06/01/2025), Minuta do Contrato de Fornecimento (Atualizada em 21/01/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em 04/06/2024).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD: 27/06/2025



**ANEXO A**  
**MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO**

Referente à NOTA DE EMPENHO n° \_\_\_\_\_

**OBJETO:**

Item	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

**VALOR:**

**PRAZO DE ENTREGA:**

**LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:**

**SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:**

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

Local, data.

Assinatura do servidor responsável

**ANEXO B**  
**MODELO DE PROPOSTA**

(em papel timbrado do licitante)

Itens/ Lotes	Código E-Fisco	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
1				R\$		R\$
2				R\$		R\$
3				R\$		R\$
4				R\$		R\$
<b>VALOR TOTAL DO LOTE X:</b>						

A validade da proposta será de, no mínimo, \_\_\_\_ ( ) dias, contados a partir da data da sua apresentação, independente de declaração do licitante.

Observação: A licitante beneficiária da isenção de ICMS de que trata o art. 9º da Lei nº 15.730/2016 c/c o art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04) deverá apresentar sua proposta desonerada do tributo, discriminando, expressa e obrigatoriamente, o percentual de dedução da isenção fiscal.

Data/Nome e assinatura do responsável

**ANEXO C**  
**ESTUDO TÉCNICO**  
**PRELIMINAR (ETP)**  
**(MATERIAIS PLÁSTICOS)**

**Identificação do requisitante**

Número SEI: 2300001050.000376/2025-26

Órgão/Entidade: Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco

Setor Requisitante do Órgão/Entidade: SES - Almoxarifado do Hospital Getúlio Vargas

Responsável / Equipe de planejamento da demanda: Joelma Medeiros

Contato do responsável: Fone (81) 3184-5816

E-mail institucional: [almoxarifado.hgv2021@gmail.com](mailto:almoxarifado.hgv2021@gmail.com)

**PREÂMBULO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa inicial da fase de planejamento da futura contratação pública. O estudo é elaborado em observância ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que a fase preparatória do processo licitatório deve contemplar a análise das condições técnicas, mercadológicas e de gestão relacionadas à solução pretendida, bem como ao enquadramento do caso concreto no **inciso IV do art. 7º do Decreto Estadual nº 53.384/2022**, que prevê a obrigatoriedade de elaboração de estudo técnico preliminar para contratações que demandem avaliação prévia das soluções disponíveis no mercado.

Nesse contexto, o presente estudo tem por objetivo **avaliar a necessidade administrativa, analisar as alternativas disponíveis no mercado e identificar a solução mais adequada para atendimento da demanda institucional**, de modo a subsidiar a futura contratação pública e assegurar que esta seja conduzida em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A necessidade administrativa que fundamenta a presente contratação está relacionada à **aquisição de materiais de apoio logístico e assistencial destinados à organização, higienização e suporte às atividades hospitalares**, tais como botijões para água mineral, cadeiras plásticas, caixas organizadoras e caixas plásticas, cestos expositores, carros coletores de resíduos, cortinas divisórias hospitalares, dispensadores plásticos para sabonete, estrados, recipientes para lixo, cones de sinalização e suportes para garrafão de água.

A demanda decorre, primordialmente, da **necessidade de manutenção do fluxo assistencial da unidade hospitalar**, considerando a reposição de itens que sofreram desgaste, perda de funcionalidade ou degradação ao longo do tempo em razão do uso contínuo nas rotinas assistenciais e administrativas da unidade. A substituição desses materiais é indispensável para garantir condições adequadas de organização dos ambientes, acondicionamento de insumos, gerenciamento de resíduos e suporte às atividades assistenciais.

Além disso, a contratação se relaciona à **implantação de novo bloco cirúrgico na unidade hospitalar**, o que exige a adequada estruturação e equipagem da nova área assistencial, de modo a possibilitar sua plena operacionalização e integração aos fluxos hospitalares existentes. A disponibilização desses materiais constitui requisito operacional para o funcionamento seguro e eficiente dos ambientes assistenciais.

Adicionalmente, a necessidade da contratação encontra respaldo nas **recomendações técnicas decorrentes da consultoria especializada realizada pelo Hospital Israelita Albert Einstein**, no âmbito do projeto de aprimoramento da gestão hospitalar contratado pelo Governo do Estado de Pernambuco em março de 2024. As diretrizes apresentadas no referido estudo indicam a necessidade de aprimoramento dos processos assistenciais e logísticos, com foco na **padronização de rotinas, organização de fluxos operacionais, melhoria das condições de higienização e fortalecimento**

**das práticas de segurança do paciente**, aspectos que demandam a disponibilização adequada de materiais e equipamentos de apoio às atividades hospitalares.

No que se refere à publicidade, registra-se que o **presente Estudo Técnico Preliminar possui natureza pública**, uma vez que não se enquadra em nenhuma das hipóteses de classificação de sigilo previstas no art. 11 da Lei Estadual nº 14.804/2012. Assim, em conformidade com o disposto no art. 9º do Decreto Estadual nº 53.384/2022, o documento deverá **integrar a documentação da fase preparatória da contratação e figurar como anexo do Termo de Referência**, garantindo transparência e possibilitando a adequada compreensão dos fundamentos técnicos que embasam a solução a ser contratada.

## 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade institucional de **garantir condições adequadas de organização, suporte operacional, higienização e gerenciamento de resíduos nos ambientes hospitalares**, de modo a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços assistenciais prestados à população.

No contexto da rotina hospitalar, diversos materiais de apoio logístico e operacional são essenciais para o adequado funcionamento das unidades assistenciais e administrativas, contribuindo diretamente para a organização dos ambientes, acondicionamento de insumos, suporte às atividades dos profissionais de saúde, bem como para a manutenção de condições adequadas de higiene e segurança nos espaços de atendimento. Nesse sentido, itens como botijões para água mineral, cadeiras plásticas, caixas organizadoras, caixas plásticas, cestos expositores, carros coletores de resíduos, cortinas divisórias hospitalares, dispensadores plásticos para sabonete, estrados, recipientes para lixo, cones de sinalização e suportes para garrafão de água constituem **elementos estruturais de apoio às rotinas hospitalares**, permitindo a adequada organização dos fluxos operacionais e assistenciais.

A demanda apresentada decorre, inicialmente, da **necessidade de reposição de materiais atualmente utilizados pela unidade hospitalar que, em razão do uso contínuo e das condições operacionais próprias do ambiente hospitalar, sofreram desgaste, perda de funcionalidade ou degradação ao longo do tempo**, comprometendo sua eficiência ou adequação às atividades desempenhadas. A reposição desses itens mostra-se necessária para preservar a regularidade das atividades assistenciais e administrativas, evitando prejuízos à organização dos ambientes e ao fluxo de trabalho das equipes.

Adicionalmente, a necessidade de aquisição desses materiais relaciona-se à **implantação de novo bloco cirúrgico na unidade hospitalar**, iniciativa que amplia a capacidade de atendimento da instituição e demanda a estruturação adequada dos ambientes assistenciais e de apoio. A disponibilização dos materiais objeto deste estudo constitui requisito operacional para a organização dos espaços, acomodação de usuários e profissionais, separação de ambientes, suporte logístico e gerenciamento de resíduos gerados nas atividades hospitalares.

Ressalte-se, ainda, que a presente contratação também se alinha às **diretrizes e recomendações técnicas resultantes da consultoria especializada realizada pelo Hospital Israelita Albert Einstein**, contratada pelo Governo do Estado de Pernambuco em março de 2024 com o objetivo de promover melhorias na gestão hospitalar. Entre as recomendações apresentadas, destacam-se aquelas relacionadas à **padronização de processos, reorganização dos fluxos logísticos internos, melhoria das condições de higienização e fortalecimento das práticas voltadas à segurança do paciente**, o que demanda a disponibilização de materiais adequados para apoio às atividades assistenciais e operacionais.

Dessa forma, verifica-se que a contratação pretendida apresenta **relevância operacional e assistencial**, uma vez que visa assegurar a adequada estruturação dos ambientes hospitalares, contribuindo para a organização das rotinas de trabalho, para o atendimento das normas de higiene e segurança e para a melhoria das condições de prestação dos serviços de saúde à população.

## 2. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO/ENTIDADE

A previsão para a aquisição de materiais plásticos em geral foi formalmente inserida no Plano de Contratação Anual (PCA.011.HGV/2026 e DFD.106.HGV/2025) da instituição, como parte do planejamento estratégico

para o exercício vigente. Essa inclusão foi baseada em uma análise detalhada das necessidades atuais, que indicam urgência na aquisição para assegurar a melhoria da organização e entrega de materiais e medicamentos.

### 3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Como requisito elementar, os materiais deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas não sendo aceito materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante. Os produtos devem ser fornecidos por empresas que atendam aos padrões dos órgãos fiscalizadores, quais sejam ANVISA e Vigilância Sanitária.

A empresa a ser contratada deverá estar em conformidade com padrões de qualidade e segurança, entre os requisitos estabelecidos, destacam-se:

- Pallets plásticos: Atendendo à ABNT NBR ISO 8611 (Paletes – Requisitos de desempenho e segurança), resistência adequada para cargas hospitalares, materiais compatíveis com higienização frequente, isentos de contaminantes, e certificação Inmetro que comprove durabilidade e segurança no transporte e armazenagem.
- Cadeiras plásticas: Conformidade com a ABNT NBR 14776 (Assentos plásticos monobloco), garantindo resistência mínima a cargas de 120 kg, facilidade de higienização, utilização de materiais atóxicos e duráveis, com certificação Inmetro que assegure qualidade e segurança para uso institucional.
- Botijões de água mineral: Conformidade com ABNT NBR 16000, materiais que garantam vedação eficaz, resistência e segurança para contato com água potável, além de aprovação da Anvisa para uso em ambiente hospitalar e certificação Inmetro.
- Caixas organizadoras e caixas plásticas: Conforme ABNT NBR ISO 16232 (Requisitos para limpeza e embalagem de peças plásticas), materiais resistentes a impactos e agentes químicos, fácil higienização e padronização visual, com certificação Inmetro para garantir durabilidade e segurança.
- Dispenser para papel e sabão líquido: Em conformidade com ABNT NBR 16468 (Dispositivos dispensadores), resistência química e mecânica adequada para uso contínuo, materiais seguros para ambientes hospitalares conforme normas Anvisa e certificação Inmetro.
- Carros coletores de lixo: Atendendo à ABNT NBR 13544 (Gestão de resíduos de serviços de saúde), com materiais plásticos resistentes, fáceis de higienizar, protegidos contra contaminações, e certificados pelo Inmetro quanto à durabilidade e segurança operacional.
- Cestos expositores: Conforme ABNT NBR 16003 (Recipientes plásticos para uso hospitalar), resistência estrutural adequada, facilidade de higienização e materiais atóxicos, certificados pela Anvisa e Inmetro para uso seguro em ambientes de saúde.
- Cortinas divisórias hospitalares: Atendendo à ABNT NBR ISO 20743 (Propriedades antimicrobianas de têxteis), resistência à limpeza intensiva, materiais antibacterianos aprovados pela Anvisa, com certificação Inmetro que garante durabilidade e segurança.

A empresa a ser contratada deverá estar apta a fornecer os objetos descritos deste estudo desde a assinatura do pretenso Contrato.

Atender as normas e especificações expressas no Termo de Referência e Edital.

### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com o objetivo de identificar a solução mais adequada para atendimento da necessidade institucional, foi realizado levantamento de alternativas disponíveis no mercado capazes de suprir a demanda da unidade hospitalar quanto ao fornecimento de materiais plásticos diversos destinados ao armazenamento, organização, transporte interno de materiais, sinalização, coleta de resíduos e apoio às atividades assistenciais e administrativas.

A análise considerou as seguintes possíveis soluções:

#### 4.1. Manutenção da situação atual (não realizar contratação)

A manutenção da situação atual mostrou-se inviável, tendo em vista que parte significativa dos materiais atualmente disponíveis encontra-se desgastada, danificada ou em quantidade insuficiente para atender às demandas da unidade hospitalar.



Além disso, a ampliação da estrutura assistencial, com a implantação do novo bloco cirúrgico, gerou aumento da necessidade de materiais destinados à organização, armazenamento e suporte às atividades assistenciais.

Dessa forma, a ausência de contratação poderia comprometer a organização logística dos setores, as condições de armazenamento de insumos hospitalares e a adequada prestação dos serviços assistenciais.

#### 4.2. **Compartilhamento ou remanejamento de materiais entre setores**

A possibilidade de remanejamento de materiais entre os diversos setores da unidade hospitalar foi considerada. Entretanto, verificou-se que os setores já operam com quantitativos mínimos necessários para execução de suas atividades rotineiras.

Assim, o remanejamento de materiais poderia ocasionar deficiência operacional em determinados setores, prejudicando o funcionamento regular das atividades assistenciais e administrativas.

#### 4.3. **Aquisição de materiais por meio de contratação específica**

A aquisição direta dos materiais por meio de processo de contratação pública mostrou-se a solução mais adequada, uma vez que permite atender de forma planejada e padronizada às necessidades identificadas, garantindo o fornecimento de itens com especificações técnicas compatíveis com o ambiente hospitalar.

Essa alternativa possibilita ainda:

- padronização dos materiais utilizados pela unidade;
- melhor organização e controle logístico dos insumos;
- substituição de itens danificados ou inadequados;
- adequação das estruturas de armazenamento e organização dos materiais;
- atendimento às normas sanitárias aplicáveis aos estabelecimentos de saúde.

#### 4.4. **Aquisição por meio de atas de registro de preços vigentes**

Também foi considerada a possibilidade de adesão a atas de registro de preços vigentes em outros órgãos da Administração Pública. Entretanto, após análise preliminar, verificou-se que não foram encontrados os itens e especificações técnicas necessárias à unidade hospitalar.

Assim, a realização de processo próprio de contratação mostra-se mais adequada para garantir a aquisição de todos os itens necessários com as especificações técnicas apropriadas.

#### 4.5 **Conclusão do levantamento**

Diante da análise realizada, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da necessidade identificada consiste na **aquisição de materiais plásticos diversos por meio de processo de contratação pública**, com especificações técnicas compatíveis com as exigências do ambiente hospitalar e com as necessidades operacionais da unidade.

A solução adotada permitirá garantir melhores condições de organização, armazenamento e utilização de materiais e insumos hospitalares, contribuindo para a eficiência logística, para o cumprimento das normas sanitárias e para a continuidade das atividades assistenciais desenvolvidas pela unidade hospitalar.

### 5. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

Com base no levantamento de soluções disponíveis no mercado, foram analisadas as alternativas possíveis para atendimento da necessidade institucional relacionada ao fornecimento de materiais plásticos destinados à organização, armazenamento, transporte interno de materiais, coleta de resíduos, sinalização e apoio às atividades assistenciais e administrativas da unidade hospitalar.

A análise considerou critérios de viabilidade técnica, eficiência operacional, adequação às normas sanitárias aplicáveis aos serviços de saúde, facilidade de reposição, padronização dos materiais e economicidade para a Administração Pública.

Nesse contexto, foram avaliadas as seguintes alternativas:

Alternativa analisada	Vantagens	Desvantagens
Manutenção da situação atual	Não gera custos imediatos	Insuficiência de materiais, itens danificados e risco de comprometimento das atividades assistenciais
Remanejamento de materiais entre setores	Possibilidade de reaproveitamento de itens existentes	Pode gerar desabastecimento em outros setores e não resolve a insuficiência estrutural
Aquisição de materiais plásticos diversos por meio de processo de contratação	Permite padronização, reposição de itens danificados, adequação às normas sanitárias e atendimento integral das demandas	Necessidade de realização de procedimento administrativo de contratação

A partir da análise realizada, verificou-se que a manutenção da situação atual ou o simples remanejamento de materiais entre setores não são soluções adequadas, uma vez que não atendem plenamente às necessidades operacionais da unidade hospitalar, podendo comprometer a organização dos ambientes assistenciais, o armazenamento adequado de insumos e a continuidade das atividades desenvolvidas.

Por outro lado, a aquisição de materiais plásticos diversos por meio de processo de contratação pública mostrou-se a solução mais eficiente e adequada, pois possibilita o atendimento integral das demandas identificadas, a substituição de itens deteriorados, a padronização dos materiais utilizados e a adequação das estruturas de organização e armazenamento dos insumos hospitalares.

Além disso, a solução adotada contribui para o fortalecimento da gestão logística da unidade hospitalar, garantindo melhores condições de organização, controle e conservação de materiais, bem como maior segurança nos processos assistenciais.

Dessa forma, conclui-se que a **aquisição dos materiais plásticos diversos por meio de procedimento de contratação pública constitui a alternativa mais vantajosa para a Administração**, por atender aos requisitos de eficiência, economicidade, padronização e continuidade do serviço público, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa dos quantitativos dos materiais constantes neste processo foi realizada com base em critérios técnicos e administrativos, considerando o histórico de consumo da unidade hospitalar, a necessidade de reposição de itens desgastados pelo uso contínuo, bem como a ampliação da estrutura assistencial decorrente da implantação do novo bloco cirúrgico.

Para definição dos quantitativos foram analisados, sempre que disponíveis, os registros de consumo e aquisições anteriores, além de documentos e controles internos utilizados pelos setores responsáveis pelo armazenamento e distribuição de insumos.

Nos casos em que não há histórico consolidado de consumo, a estimativa foi realizada a partir de análise técnica das rotinas operacionais dos setores requisitantes, considerando fatores como:

- dimensionamento físico dos ambientes e áreas de armazenamento;
- quantidade de postos de trabalho e setores atendidos;
- volume médio de materiais manipulados e armazenados;
- necessidade de organização, acondicionamento e transporte interno de insumos;
- ampliação da capacidade assistencial da unidade hospitalar.

Também foi considerada a necessidade de **substituição de itens atualmente danificados ou deteriorados**, decorrentes do desgaste natural pelo uso contínuo, bem como a **implantação de novos setores e serviços**, especialmente aqueles vinculados ao funcionamento do novo bloco cirúrgico.

Importa destacar que os quantitativos foram definidos de forma a garantir:

- a continuidade das atividades assistenciais e administrativas;
- a adequada organização e armazenamento de materiais e insumos hospitalares;
- o atendimento às boas práticas de biossegurança e controle sanitário;
- a racionalização do uso dos recursos públicos.

Assim, a estimativa apresentada busca assegurar o atendimento adequado das demandas institucionais, evitando tanto a insuficiência de materiais, que poderia comprometer o funcionamento dos serviços, quanto a aquisição em quantitativos superiores aos efetivamente necessários, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento da contratação previstos na Lei nº 14.133/2021.

ITEM	E-FISCO	DESCRIÇÃO	QUANT. SOLICITADA	JUSTIFICATIVA E CRITÉRIO UTILIZADO	MÉORIA DE CALCULO
1	276722-8	BOTIJÃO PARA ÁGUA MINERAL - EM PLÁSTICO POLICARBONATO, FORMATO CILÍNDRICO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS	500	A aquisição de botijões para água mineral justifica-se pela necessidade de reposição e manutenção do abastecimento de água potável nos diversos setores da unidade hospitalar. O quantitativo solicitado foi definido com base no histórico de consumo da instituição e na demanda contínua de utilização desses recipientes para envase e armazenamento de água mineral destinada a pacientes, acompanhantes e profissionais de saúde. A disponibilidade adequada desses recipientes é essencial para garantir condições mínimas de hidratação e funcionamento das atividades assistenciais e administrativas do hospital.	$CMM = 100$ $CMA = 100 * 12 = 1200$ A quantidade solicitada basea-se na necessidade de reposição de botijões atualmente desgastados ou danificados pelo uso contínuo. Histórico de Consumo 72237433

2	486223-6	<p>CADEIRA - TIPO PLASTICA,BASE FIXA EM POLIPROPILENO,SEM RODIZIO,COM 76,00CM DE ALTURA TOTAL,COM BRACO,ASSENTO EM POLIPROPILENO,SEM REVESTIMENTO,ME DINDO 55,00X55,50 CM (LXP),SEM REGULAGEM,ENCOSTO EM POLIPROPILENO,SEM REVESTIMENTO,ME DINDO 40,00X25,00 CM (LXA),SEM REGULAGEM,DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%, CAPACIDADE NO MÍNIMO PARA 120 KG</p>	400	<p>A aquisição de cadeiras plásticas com e sem braço justifica-se pela necessidade de reposição e ampliação da quantidade de assentos disponíveis em áreas de atendimento e circulação da unidade hospitalar, tais como ambulatórios, salas de espera, auditório e refeitório. O quantitativo estimado baseia-se no histórico de consumo da unidade e na necessidade de reposição de cadeiras atualmente desgastadas ou danificadas pelo uso contínuo, bem como na adequação da infraestrutura necessária para acomodação de usuários e profissionais nos diversos setores do hospital.</p>	<p>CMM = (250+150)/2 = 400 CMA = 400*12 = 2400 A quantidade solicitada baseia-se na necessidade de reposição de cadeiras atualmente desgastadas ou danificadas pelo uso contínuo. Histórico de Consumo 72237442</p>
3	481472-0	<p>CADEIRA - TIPO PLÁSTICA, BASE FIXA EM POLIPROPILENO, SEM RODIZIO, ALTURA TOTAL DE NO MÍNIMO 85,00CM, SEM BRACOS, ASSENTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 40,00CM DE DIÂMETRO, SEM REGULAGEM, ENCOSTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 40,00X25,00CM (LXA), SEM REGULAGEM, DIMENSÕES COM VARIAÇÃO EM ATE 5%, CAPACIDADE NO MÍNIMO PARA</p>	250	<p>O quantitativo estimado baseia-se no histórico de consumo da unidade e na necessidade de reposição de cadeiras atualmente desgastadas ou danificadas pelo uso contínuo, bem como na adequação da infraestrutura necessária para acomodação de usuários e profissionais nos diversos setores do hospital.</p>	<p>CMM = (100+150)/2 = 125 CMA = 1500 A quantidade solicitada baseia-se na necessidade de reposição de cadeiras atualmente desgastadas ou danificadas pelo uso contínuo. Histórico de Consumo 72237484</p>

		120 KG			
4	267169 - 7	CAIXA PLASTICA - EM PLASTICO RESISTENTE, DIMENS OES: 55X37X16 CM, COM TAMPA,  TIPO ORGANIZADOR, RET ANGULAR, PARA SOLUCOES  DESIN FECTANTES E ARMAZENAMENTO  DE MATER IAL ESTERILIZADOS, CA PACIDADE  APROX IMADA DE 50 LITROS	60	A aquisição de caixas plásticas organizadoras justifica-se pela necessidade de armazenamento, organização e transporte interno de materiais e medicamentos utilizados nas rotinas assistenciais e operacionais da unidade hospitalar. O quantitativo foi definido com base na última aquisição do hospital e na necessidade de substituição de unidades atualmente danificadas, além da ampliação da demanda decorrente da criação de novos postos de trabalho e da implantação do novo bloco cirúrgico.	CM = 60  A quantidade solicitada basea-se na necessidade de reposição das caixas atualmente desgastadas ou danificadas pelo uso contínuo e decorrente da criação de novos postos de trabalho e da implantação do novo bloco cirúrgico.  NF Eletrônica (última aquisição) 72237494
5	323006 - 6	CAIXA ORGANIZADORA - EM PLÁSTICO, COM ENCAIXE EM CIMA E NAS LATERAIS, 42,50X30,50X14,40 CM, NA COR TRANSPARENTE, EMPILHÁVEL	50	A aquisição de caixas organizadoras destina-se à organização e acondicionamento de materiais e insumos utilizados pelos diversos setores do hospital. O quantitativo foi estimado com base no histórico de consumo da unidade e na necessidade de reposição de unidades desgastadas pelo uso contínuo, bem como na ampliação da estrutura assistencial e logística da unidade hospitalar.	CMM = 50 CMA = 50*12 = 600  A quantidade solicitada basea-se na necessidade de reposição das caixas atualmente desgastadas ou danificadas pelo uso contínuo e decorrente da criação de novos postos de trabalho e da implantação do novo bloco cirúrgico.  Histórico de Consumo 72237522



6	441694 - 5	CAIXA ORGANIZADORA - EM PLÁSTICO, PARA USO GERAL, 48,70X33,10X33,60CM, NA COR TRANSPARENTE, TAMPA COM TRAVA	10	A aquisição de caixas organizadoras destina-se à organização e acondicionamento de materiais e insumos utilizados pelos diversos setores do hospital. O quantitativo foi estimado com base no histórico de consumo da unidade e na necessidade de reposição de unidades desgastadas pelo uso contínuo, bem como na ampliação da estrutura assistencial e logística da unidade hospitalar.	CMM = 110 CMA = 10*12 = 120 A quantidade solicitada baseia-se na necessidade de reposição das caixas atualmente desgastadas ou danificadas pelo uso contínuo e decorrente da criação de novos postos de trabalho e da implantação do novo bloco cirúrgico. Histórico de Consumo 72237531
7	370787 - 3	CAIXA PLÁSTICA - EM PLÁSTICO, MEDINDO 15,00X18,00X29,0CM (ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO), TIPO BIN, CORES VARIADAS, RETANGULAR, PARA ACONDICIONAR MEDICAMENTOS, CAPACIDADE VARIADA	60	A necessidade de aquisição deste item decorre da <b>implantação do novo bloco cirúrgico</b> e da consequente reorganização dos espaços destinados ao armazenamento de materiais e insumos hospitalares. A utilização de caixas organizadoras do tipo bin em estantes permite melhor segregação, identificação e acesso aos materiais de pequeno porte, favorecendo a organização do estoque, a otimização do espaço físico e a agilidade na reposição e distribuição dos insumos utilizados nos setores assistenciais e de apoio. O quantitativo foi estimado com base na estrutura física das estantes destinadas ao armazenamento e na demanda gerada pela ampliação das atividades assistenciais.	Para o novo bloco cirúrgico, composto por <b>8 salas</b> , o dimensionamento das caixas organizadoras foi realizado considerando a necessidade de estruturação individualizada por sala e o suporte às áreas de apoio. Adotou-se a média operacional de <b>7 unidades por sala</b> , considerando a distribuição entre as salas cirúrgicas e as áreas de apoio vinculadas ao bloco. Assim, o quantitativo total estima-se do corresponde a <b>60 caixas</b> bins maiores. $8 \text{ salas} * 7 \text{ unid.} = 56 *$ $7\% = 59,92$ <i>Foi incluído um acréscimo de 7% para reserva técnica.</i>

				A aquisição das caixas organizadoras para medicamentos justifica-se pela necessidade de garantir condições adequadas de armazenamento e	
--	--	--	--	---	--

8	389094-5	CAIXA ORGANIZADORA - EM PLÁSTICO, PARA ARMAZENAR MEDICAMENTOS, MEDINDO 56,00X38,00X20,00 CM, NA COR TRANSPARENTE, TAMPA COM TRAVA DE SEGURANÇA, EMPILHÁVEL, COM ALCA	50	<p>organização dos insumos farmacêuticos utilizados nos setores assistenciais.</p> <p>Com elevada demanda assistencial e ampla estrutura composta por diversos setores clínicos e de apoio, incluindo emergência, enfermarias, unidades de terapia intensiva (UTIs), ambulatórios, centro cirúrgico, central de material e esterilização (CME), farmácia hospitalar, além de áreas administrativas e logísticas. Essa complexidade estrutural exige a adoção de soluções adequadas para <b>organização e controle dos estoques de medicamentos e materiais farmacêuticos</b> utilizados na assistência à saúde.</p> <p>A disponibilização de recipientes plásticos apropriados, transparentes, empilháveis e de fácil higienização contribui significativamente para a <b>melhor organização visual dos estoques, identificação rápida dos medicamentos, redução de riscos de extravio e melhoria das rotinas de dispensação e controle farmacêutico</b>, além de permitir maior padronização dos processos logísticos internos da unidade hospitalar.</p> <p>Adicionalmente, a adoção de recipientes adequados para armazenamento de insumos farmacêuticos encontra respaldo nas <b>boas práticas de armazenamento de medicamentos em serviços de saúde</b>, bem como</p>	<p>A estimativa do quantitativo de <b>50 unidades</b> foi realizada considerando a necessidade de disponibilização dessas caixas organizadoras em diferentes setores da unidade hospitalar que realizam armazenamento ou manipulação de medicamentos, especialmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Farmácia hospitalar</b>, responsável pela guarda, fracionamento e distribuição de medicamentos para os setores assistenciais;</li> <li>• <b>Postos de enfermagem das enfermarias</b>, onde são armazenados os medicamentos de uso rotineiro para atendimento aos pacientes internados;</li> <li>• <b>Unidades de Terapia Intensiva (UTIs)</b>, que demandam organização adequada de medicamentos de uso contínuo e emergencial;</li> </ul>
---	----------	--	----	--	---

- **Centro cirúrgico e novo bloco**  
O **centro cirúrgico**, que necessitam de organização adequada par a medicamentos utilizados nos procedimentos cirúrgicos e no pós- operatório;
- **Setores assistenciais e áreas de apoio**, que utilizam medicamentos de uso imediato ou de suporte ao atendimento.

**Distribuição estimada das 50 caixas:**

Farmácia hospitalar - 15 Caixas  
Enfermarias / postos de enfermagem - 15 Caixas  
UTIs - 8 Caixas  
Centro cirúrgico / novo bloco cirúrgico - 8 Caixas  
Reserva técnica e reposição - 4 Caixas  
Dessa forma, o quantitativo de **50 unidades** mostra-se tecnicamente adequado

				<p>nas diretrizes estabelecidas pela <b>RDC nº 50/2002 da ANVISA</b>, que trata do planejamento físico de estabelecimentos assistenciais de saúde e da organização adequada dos ambientes destinados ao armazenamento de insumos.</p> <p>Dessa forma, a aquisição do item permitirá melhor organização, identificação e conservação dos medicamentos, contribuindo para maior segurança no gerenciamento dos estoques e no processo de dispensação.</p>	<p>para atender às necessidades de organização e armazenamento de medicamentos nos principais setores assistenciais do Hospital Getúlio Vargas, contribuindo para o fortalecimento das rotinas de controle de estoque, melhoria da organização logística e garantia de maior segurança no gerenciamento dos insumos farmacêuticos utilizados na assistência à saúde.</p>
9	260432 - 9	<p>CAIXA PLASTICA - PLASTICO ATOXICO, LISO, DIMENSOES (44X24X22) CM, COM TAMPA,</p> <p>TIPO ORGANIZADOR, DIVERSAS, RETANGULAR, PARA USO GERAL, CAPACIDADE APROXIMADA DE 20 LITROS</p>	40	<p>O quantitativo foi estimado com base na última aquisição da unidade e na necessidade de reposição de unidades desgastadas pelo uso contínuo, bem como na ampliação da estrutura assistencial e logística da unidade hospitalar.</p>	<p>CM = 40</p> <p>A quantidade solicitada baseia-se na necessidade de reposição das caixas atualmente desgastadas ou danificadas pelo uso contínuo e decorrente da criação de novos postos de trabalho e da implantação do novo bloco cirúrgico.</p> <p>NF Eletrônica (última aquisição) 72237548</p>
10	389092 - 9	<p>CAIXA PLÁSTICA - MATÉRIA-PRIMA PLÁSTICO, DIMENSÕES 564 X 385 X 371 CM (ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO), TIPO ORGANIZADORA ALTO, COR TRANSPARENTE, FORMATO RETANGULAR, PARA MATERIAIS HOSPITALARES,</p>	10	<p>O quantitativo foi estimado com base no histórico de consumo da unidade e na necessidade de reposição de unidades desgastadas pelo uso contínuo, bem como na ampliação da estrutura assistencial e logística da unidade hospitalar.</p>	<p>CMM = 10</p> <p>CMA = 10*12 = 120</p> <p>A quantidade solicitada baseia-se na necessidade de reposição das caixas atualmente desgastadas ou danificadas pelo uso contínuo e decorrente da criação de novos postos de trabalho e da implantação do novo bloco</p>



		CAPACIDADE APROXIMADA DE 56 LITROS			cirúrgico. Histórico de Consumo 72237573
				A aquisição de <b>caixas plásticas em material atóxico, com capacidade aproximada de 45 litros</b> , destinadas ao acondicionamento de endoscópios durante os processos de lavagem, desinfecção e transporte interno, justifica-se pela necessidade de garantir <b>condições adequadas de</b>	

11

223878  
-  
0

CAIXA PLASTICA -  
PLASTICO ATOXICO,  
LISO, TAMANHO (18  
X 45 X 55) CM, COM  
TAMPA,,  
RETANGULAR, PARA  
ACONDICIONAMENT  
O DOS  
ENDOSCOPIOS NO  
MOMENTO DA  
DESINFECCAO,  
CAPACIDADE PARA  
45 LITROS

10

**processamento,  
armazenamento temporário  
e manuseio**

**seguro desses  
equipamentos**, utilizados  
nas rotinas

assistenciais da unidade  
hospitalar.

Atualmente, as caixas  
disponíveis no setor  
encontram-se **bastante**

**desgastadas e  
quebradas em  
decorrência do uso  
contínuo**,

comprometendo as  
condições adequadas  
de organização,  
 acondicionamento e  
transporte dos  
equipamentos endoscópicos.

Tal situação  
pode impactar  
negativamente

a  
segurança do  
processamento desses  
instrumentos, além de  
dificultar a organização  
dos  
materiais nos armários e  
nas áreas destinadas à  
limpeza e  
desinfecção.

Os endoscópios são  
equipamentos médicos  
sensíveis e de alto  
custo,

utilizados em  
procedimentos diagnósticos  
e terapêuticos,  
que exigem

**protocolos rigorosos  
de limpeza,  
desinfecção e**

**manuseio**, de forma a  
evitar riscos de  
contaminação cruzada  
entre pacientes e garantir a  
segurança dos  
procedimentos realizados.

Nesse contexto,  
a  
utilização de recipientes  
apropriados, confeccionados  
em material plástico atóxico,  
resistente e de fácil  
higienização, constitui  
medida  
fundamental para  
assegurar a  
integridade dos

A estimativa do  
quantitativo de  
**10 unidades** foi  
realizada  
considerando

a  
necessidade de  
disponibilização

de caixas  
adequadas para  
diferentes etapas do  
fluxo de  
processamento dos  
endoscópi  
os, incluindo:

- **acondicionam  
ento dos  
equipamentos  
durante a  
etapa de  
lavagem  
e  
desinfecção;**

- **organização  
e  
armazenamen  
to temporário  
do  
s aparelhos  
nos  
armários**

d

- **transporte  
seguro dos  
endoscóp  
ios entre  
setores da  
unidade  
hospitalar,**

quando  
necessário  
para  
realização

d  
e procedimentos  
ou manutenção.

**Distribuição  
funcional das  
Caixas Plásticas:  
(Uso no setor de  
endoscopia)**

- **Processo de  
lavagem**

- **e desinfecção  
- 4 caixas**

- **Armazenamen  
to e**

equipamentos durante as etapas de processamento e transporte interno.

Adicionalmente, a utilização de recipientes apropriados para o

**organização nos armários - 1 caixa**

- **Transporte interno**

**entr e setores - 2 caixas**

- **Reserva técnica / substituição - 1 caixa**

Dessa forma, o quantitativo de **10 unidades** mostra-se tecnicamente adequado para atender às necessidades operacionais do setor responsável pelo processamento e utilização de endoscópios no Hospital Getúlio Vargas, garantindo o

Secretaria  
de Administração



**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Secretaria Executiva de Contratações Públicas - SECOP  
Gerência Geral da Central de Licitações do Estado - GGCLE  
Gerência de Licitações de Fornecimento Centralizadas – GLIFC  
Agente de Contratação 65

			<p>processamento e manuseio de equipamentos endoscópicos está alinhada às boas práticas de processamento de produtos para saúde e às recomendações sanitárias aplicáveis aos serviços de endoscopia, contribuindo para a manutenção das condições adequadas de biossegurança e controle de infecção hospitalar.</p> <p>Nesse sentido, a adoção de caixas plásticas adequadas também encontra respaldo nas diretrizes estabelecidas pela <b>RDC nº 15/2012 da ANVISA</b>, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde, bem como nas orientações de biossegurança voltadas à limpeza, desinfecção e armazenamento de equipamentos médicos reutilizáveis.</p> <p>Solicitação de Compra 72237582</p>	<p>melhores condições de organização, segurança no manuseio dos equipamentos</p> <p>e conformidade com as boas práticas sanitárias aplicáveis aos serviços de saúde.</p>
--	--	--	--	--



12	342922-9	CESTOS EXPOSITORES - EM POLIPROPILENO, PARA ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, TIPO EMPILHADEIRA, MEDINDO (27,5 X 58 X 41)CM (ALT X LARG X PROF)	50	<p>A aquisição de cestos expositores em polipropileno destina-se à organização e acondicionamento de produtos farmacêuticos, especialmente soros e medicamentos fracionados. O quantitativo anteriormente adquirido tornou-se insuficiente para atender às demandas atuais, especialmente em razão da ampliação das atividades assistenciais e da implantação do novo bloco cirúrgico, que contará com estrutura farmacêutica própria.</p> <p>O quantitativo foi estimado com base no histórico de consumo da unidade e na necessidade de reposição de unidades desgastadas pelo uso contínuo, bem como na ampliação da estrutura assistencial e logística da unidade hospitalar.</p>	<p><math>CMM = (6 + 4) / 2</math>  <math>= 5</math> CMA = <math>5 * 12</math>  <math>= 60</math></p> <p>A quantidade solicitada baseia-se na necessidade de reposição dos cestos expositores atualmente desgastados ou danificados pelo uso contínuo e decorrente da criação de novos postos de trabalho e da implantação do novo bloco cirúrgico.</p> <p>Histórico de Consumo 82342556</p>
----	----------	---	----	---	---

				<p>A aquisição de <b>carro coletor de lixo</b>, justifica-se pela necessidade de garantir <b>condições adequadas para coleta, armazenamento temporário e transporte interno de resíduos sólidos gerados nas dependências do Hospital.</b></p> <p>Considerando o porte estrutural da unidade hospitalar e o elevado fluxo diário de atendimentos, são gerados diversos tipos de resíduos decorrentes das atividades assistenciais, administrativas e de apoio, exigindo a adoção de equipamentos apropriados para garantir o <b>manejo seguro e eficiente desses resíduos</b>, em conformidade com as normas</p>	
--	--	--	--	---	--

13	407802 - 0	<p>CARRO COLETOR DE LIXO - POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM PROTEÇÃO ULTRA VIOLETA, CAPACIDADE PESO 510 KG, MEDIDAS 1.330X1.360X1.095 (AXLXP). TAMPABI-PARTIDA PARA COLETA DE RESIDUOS, COMPOSTO DE CORPO, TAMPA, DRENO, MUNHAO PARA BASCULAMENTO, LATERAL E REFORÇO EM CHAPA DE ACO, NA COR AZUL, COM 4 RODÍZIOS GIRATÓRIOS SENDO 2 COM FREIOS DE ESTACIONAMENTO COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTI-CORRESAO E RODAS DE 200 MM EM BORRACHA MACICA COM NÚCLEO DE POLIPROPILENO,,FABRICADO EM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 15911- 3, GARANTIA DE 01 ANO</p>	06	<p>sanitárias aplicáveis aos estabelecimentos de saúde. Os carros coletores de grande capacidade desempenham papel essencial no <b>processo de coleta e transporte interno de resíduos</b>, permitindo o acondicionamento adequado dos sacos de lixo provenientes dos diferentes setores do hospital e seu deslocamento seguro até os pontos de armazenamento temporário destinados à coleta externa. A adoção de equipamentos adequados para coleta e transporte interno de resíduos também está alinhada às diretrizes estabelecidas pela <b>RDC nº 222/2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)</b>, que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, bem como pela <b>NR nº 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde</b>, que estabelece medidas voltadas à proteção da saúde e segurança dos trabalhadores envolvidos nas atividades hospitalares.</p>	<p><math>CMM = (3 + 3) / 2 = 3</math> <math>CMA = 36</math> A quantidade solicitada basea-se na necessidade de reposição dos carros coletores de lixo atualmente desgastados ou danificados pelo uso contínuo. Histórico de Consumo 72237929</p>
				<p>A aquisição de <b>carro coletor de lixo tipo contentor</b>, justifica-se pela necessidade de aprimorar as condições de <b>coleta, acondicionamento e transporte interno de resíduos sólidos gerados nas dependências do Hospital</b>. Considerando o</p>	

				<b>porte estrutural</b>	
--	--	--	--	-------------------------	--

14	369102-0	<p>CARRO COLETOR DE LIXO - TIPO CONTENTOR, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM 04 RODAS E GIRO DE 360 GRAUS, COM TRAVA NAS DUAS RODAS TRASEIRAS, CAPACIDADE MINIMA DE 660 LITROS, EQUIVALENTE A 306KG, MEDINDO EM MEDIA: ALTURA 120CM, PROFUNDIDADE 79,4CM E LARGURA 1,37 CM, PESO DE 43KG, GARANTIA DE 01 ANO PARA PECAS E SERVIÇOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, TODOS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.</p>	02	<p>da unidade hospitalar e o elevado volume de atendimentos realizados diariamente, são gerados resíduos provenientes das atividades assistenciais, administrativas e de apoio, incluindo resíduos comuns e resíduos decorrentes das rotinas hospitalares. Nesse contexto, torna-se indispensável a utilização de equipamentos adequados para garantir o manejo seguro e eficiente desses materiais, desde os pontos de coleta nos setores até os locais destinados ao armazenamento temporário para posterior recolhimento externo.</p> <p>Os contentores com capacidade ampliada, como o modelo de <b>660 litros</b>, são amplamente utilizados em estabelecimentos de saúde e ambientes institucionais de grande porte, pois permitem maior volume de acondicionamento de resíduos, redução da frequência de deslocamentos para coleta e maior eficiência nas rotinas de limpeza e manejo de resíduos.</p> <p>A adoção de recipientes apropriados para coleta e transporte de resíduos também está alinhada às diretrizes estabelecidas pela <b>RDC nº 222/2018</b> da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, bem como pela <b>NR nº 32 – Segurança e Saúde no Trabalho</b> em</p>	<p>CMM = 2 CMA = 2*12 = 24</p> <p>A quantidade solicitada basea-se na necessidade de reposição dos carros coletores de lixo atualmente desgastados ou danificados pelo uso contínuo.</p> <p>Histórico de Consumo 72237943</p>
----	----------	--	----	--	---



Serviços	de

				<p><b>Saúde,</b> que estabelece medidas de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores em ambientes hospitalares.</p>	
--	--	--	--	--	--

				<p>A demanda apresentada decorre principalmente da <b>implantação do novo bloco cirúrgico da unidade hospitalar</b>, o qual contará com Sala de Recuperação Pós- Anestésica (SRPA), além de atender às demandas das Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), conforme solicitação formal dos setores requisitantes constante no anexo (72403876).</p> <p>A <b>s cortinas divisórias hospitalares</b> desempenham papel fundamental na organização dos ambientes assistenciais, sendo utilizadas para <b>delimitar leitos, garantir a privacidade dos pacientes durante procedimentos e atendimentos, além de contribuir para o controle ambiental e a biossegurança</b> nos espaços de assistência à saúde.</p> <p>A utilização desse tipo de cortina encontra respaldo nas diretrizes estabelecidas pela <b>Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)</b>, especialmente na <b>RDC nº 50/2002 da ANVISA</b>, que dispõe sobre o <b>Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde</b>, prevendo a adoção de soluções que assegurem <b>privacidade, funcionalidade e adequada</b></p>	<p>O quantitativo de <b>40 (quarenta) unidades</b> de cortinas divisórias hospitalares foi estimado considerando o porte estrutural do Hospital Getúlio Vargas, bem como a ampliação recente da capacidade assistencial da unidade em decorrência da implantação do <b>novo bloco cirúrgico</b> e da reorganização de áreas destinadas a o atendimento e observação de pacientes.</p> <p>A <b>definição do quantitativo</b> considerou a necessidade de instalação de cortinas em <b>diversos ambientes assistenciais da unidade hospitalar</b>, especialmente no s setores que demandam compartimentação de leitos ou áreas de observação, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• salas de observação da emergência;</li> <li>• unidades de terapia intensiva (UTIs);</li> </ul>
--	--	--	--	---	--

15	429324 - 0	<p>CORTINA DIVISÓRIA HOSPITALAR SEM EMENDAS, ANTI- MOFO, BACTERICIDA, SEM EMENDAS, TELA SUPERIOR, EM VINIL ANTICHAMA, COM BORDAS DE REFORÇO SUPERIOR E INFERIOR, COM ILHOSES DE LATÃO CROMADO, DE 21,00MM COLOCADOS A CADA 0,15M, MEDINDO (7,00M X 2,25M) (LARG. X ALT.), TELA COM 45,00CM., COM TRILHOS COMPATÍVEL COM A LARGURA DA CORTINA EM FORMATO "U", COM CERTIFICADO DE FLAMABILIDADE, „ATENDER A RDC Nº 50 DA ANVISA, PARA USO EM ÁREA DE ATENDIMENTO E OBSERVAÇÃO</p>	- 40	<p><b>organização dos leitos e áreas de atendimento.</b></p> <p>Além disso, as cortinas especificadas apresentam <b>características técnicas indispensáveis ao ambiente hospitalar</b>, tais como material <b>antichama, antimicrobiano, antimoho e de fácil higienização</b>, requisitos importantes para redução de riscos relacionados à propagação de microrganismos e para atendimento às boas práticas de controle de infecção hospitalar. A exigência de <b>certificado de flamabilidade</b> também visa atender às normas de segurança contra incêndio aplicáveis a ambientes de assistência à saúde.</p> <p>A necessidade de adequação da infraestrutura hospitalar, incluindo a organização física dos ambientes assistenciais e a adoção de dispositivos que garantam maior privacidade e segurança aos pacientes, foi reforçada durante a <b>consultoria especializada realizada pelo Hospital Israelita Albert Einstein</b>, que recomendou a padronização e melhoria das condições estruturais dos ambientes de assistência à saúde.</p> <p>Dessa forma, a aquisição das cortinas divisórias hospitalares, com trilhos compatíveis e em conformidade com as normas sanitárias vigentes, mostra-se <b>essencial para garantir a adequada estruturação dos espaços assistenciais</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• sala de recuperação pós-anestésica (SRPA);</li> <li>• áreas de atendimento coletivo ou de permanência de pacientes;</li> <li>• setores assistenciais que necessitam de separação visual e funcional entre leitos.</li> </ul> <p><b>Distribuição estimada das 40 cortinas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• UTI 1 (10 leitos), UTI 2 ( 09 leitos), UTI 3 ( 08 leitos)= 27 leitos - 27 unid.</li> <li>• S R P A (sala de recuperação pós- anestésica) no novo bloco cirúrgico - 8 unid.</li> <li>• Emergência Área Vermelha - 05 unid.</li> </ul> <p>Dessa forma, o quantitativo de 40 unidades mostra-se tecnicamente adequado para atender às necessidades de organização dos ambientes assistenciais do Hospital Getúlio Vargas, permitindo a adequada distribuição das cortinas nos setores que demanda m separação de leitos e garantia de privacidade dos paciente</p>
----	------------------	---	------	--	---

**do novo  
bloco  
cirúrgico, bem  
como das UTIs,  
promovendo maior**

s, contribuindo para a melhoria das condições de atendimento, da segurança assistencial e da conformidade com os requisitos técnicos aplicáveis aos estabelecimentos de saúde.



				privacidade aos pacientes, organização dos leitos, segurança assistencial e conformidade com os requisitos técnicos e sanitários aplicáveis aos estabelecimentos de saúde.	
--	--	--	--	--	--

16	265684 - 1	DISPENSADOR - EM PLÁSTICO ABS, PARA SER UTILIZADA COM SABONETE LIQUIDO OU ÁLCOOL EM GEL, COM CAPACIDADE PARA 800ML. MEDINDO (116 X 110 X 265)MM E RESERVATÓRIO SANFONADO MEDINDO (90 X 80 X 130)MM, ASSÉPTICO COM BASCULHANTE EM PLÁSTICO E TRAVA DE SEGURANÇA, NA COR BRANCA	80	<p>A aquisição de <b>dispensadores em plástico ABS para sabonete líquido ou álcool em gel</b>, com capacidade aproximada de <b>800 ml</b>, justifica-se pela necessidade de fortalecer as práticas de <b>higienização das mãos e biossegurança</b> nos diversos setores assistenciais e administrativos.</p> <p>A higienização das mãos é reconhecida como uma das <b>principais medidas de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS)</b>, sendo indispensável a disponibilização de dispositivos adequados para acondicionamento e dispensação segura de sabonete líquido e preparações alcoólicas nos ambientes hospitalares.</p> <p>A instalação desses dispositivos em pontos estratégicos da unidade hospitalar, tais como <b>consultórios, enfermarias, postos de enfermagem, salas de atendimento, áreas de preparo de materiais e ambientes de circulação</b>, contribui para a promoção de práticas seguras de higiene, reduzindo a disseminação de microrganismos e fortalecendo as medidas de controle de infecção hospitalar.</p> <p>A utilização de dispensadores apropriados para sabonete líquido e</p>	<p>CMM = 300</p> <p>CMA = 300*12 = 3600</p> <p>A quantidade solicitada basea-se na necessidade de reposição do dispensador atualmente desgastados ou danificados pelo uso contínuo e decorrente da criação de novos postos de trabalho e da implantação do novo bloco cirúrgico.</p> <p>Histórico de Consumo 72237965</p>
----	------------------	---	----	--	---

				<p>álcool em gel encontra respaldo nas diretrizes estabelecidas pela <b>NR nº 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde</b>, bem como nas recomendações da <b>Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)</b> relacionadas às práticas de higienização das mãos e prevenção de infecções em serviços de saúde.</p>	
--	--	--	--	--	--

				<p>A aquisição de <b>dispensers para papel higiênico confeccionados em plástico ABS, com capacidade para rolo de até 400 metros e sistema de fixação em parede</b>, justifica-se pela necessidade de garantir <b>condições adequadas de higiene, organização e conservação dos insumos sanitários</b>.</p> <p>Em estabelecimentos assistenciais de saúde, a disponibilização de dispositivos apropriados para acondicionamento de papel higiênico é fundamental para assegurar o uso adequado do insumo, evitando sua exposição direta ao ambiente, ao contato indevido e à contaminação por agentes externos, fatores que podem comprometer as condições sanitárias dos espaços destinados ao uso coletivo.</p> <p>A instalação desses dispositivos nos sanitários da unidade hospitalar também contribui para a <b>padronização dos equipamentos sanitários</b>, facilitando as rotinas de limpeza e reposição de</p>	<p>CMM = (9+10+21+24+12+12)/6 = 14,66*12= 175,92</p> <p>CMA = 176</p> <p>A quantidade solicitada</p>
--	--	--	--	---	--

17	277974 - 9	DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO - DE PLÁSTICO ABS, COM BUCHAS E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO, CAPACIDADE PARA ROLO DE 400M, ALTURA 263MM X LARGURA 138MM X PROFUNDIDADE 126MM, NA COR CINZA, NO FORMATO PARA FIXAÇÃO EM PAREDE	90	<p>insumos pelos serviços de higienização e manutenção predial.</p> <p>Adicionalmente, a disponibilização de estruturas adequadas para acondicionamento de insumos de higiene pessoal está alinhada às boas práticas de organização e manutenção de ambientes hospitalares, bem como às diretrizes estabelecidas pela <b>NR nº 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde</b>, que prevê a adoção de medidas que assegurem condições adequadas de higiene e salubridade nos ambientes de trabalho em estabelecimentos de saúde.</p> <p>Dessa forma, a aquisição dos dispensers para papel higiênico mostra-se tecnicamente necessária para garantir melhores condições de <b>higiene, organização e funcionalidade dos sanitários do Hospital Getúlio Vargas</b>, contribuindo para a manutenção de ambientes adequados e seguros para pacientes, profissionais de saúde, acompanhantes e demais usuários da unidade hospitalar.</p>	<p>baseia-se na necessidade de reposição dos dispenser para papel higiênico atualmente desgastados ou danificados pelo uso contínuo e decorrente da criação de novos postos de trabalho e da implantação do novo bloco cirúrgico.</p> <p>Histórico de Consumo 72237977</p>
----	------------------	---	----	---	--



				<p>A utilização de dispenser para papel toalha encontra respaldo em normas e regulamentações sanitárias, dentre as quais destacam-se a RDC nº 222/2018 da ANVISA, que trata do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e reforça a necessidade de práticas adequadas</p>	<p>O quantitativo de <b>100 (cem) unidades</b> de dispensers para papel toalha foi estimado considerando o porte estrutural do Hospital Getúlio Vargas.</p> <p>A estrutura física da unidade hospitalar é composta por diversos setores assistenciais e</p>
--	--	--	--	---	---

18	565441 - 6	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA - EM PLÁSTICO ABS, NA COR BRANCA, MEDINDO 360MM X 260MM X 240MM (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE), COM CAPACIDADE PARA ROLO DE 200M, NO FORMATO RETANGULAR	100	<p>de higiene e organização dos ambientes hospitalares e a NR 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde, que estabelece medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores da área da saúde, incluindo a adoção de práticas adequadas de higiene das mãos.</p> <p>A inexistência de dispenser adequados pode comprometer as condições de higiene e o controle sanitário do insumo, uma vez que o papel toalha, quando exposto de forma inadequada, pode sofrer contaminação por contato direto, poeira ou manipulação indevida, contrariando as boas práticas de biossegurança aplicáveis aos serviços de saúde.</p> <p>Sob a perspectiva da biossegurança e do controle de infecção hospitalar, a disponibilização de dispenser apropriados integra as estratégias adotadas pelas Comissões de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) para redução da disseminação de microrganismos em ambientes assistenciais, contribuindo para a prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde.</p> <p>Adicionalmente, destaca-se que a necessidade de adequação dos dispositivos de higiene foi reforçada durante a <b>consultoria especializada realizada pelo Hospital Israelita Albert Einstein</b>, a qual apontou a importância da padronização de equipamentos e da adoção de</p>	<p>administrativos, incluindo, entre outros: emergência; enfermarias; unidades de terapia intensiva (UTIs); ambulatórios; consultórios médicos; centro cirúrgico; central de material e esterilização (CME); farmácia hospitalar; setores administrativos; áreas de apoio e circulação; sanitários de uso coletivo.</p> <p>Além disso, a implantação do novo bloco cirúrgico ampliou significativamente a estrutura assistencial da unidade, ocasionando a criação de novos ambientes que necessitam ser equipados com dispositivos adequados para higienização das mãos, conforme as boas práticas de biossegurança e serviços de saúde.</p> <p>Nesse contexto, a estimativa d e quantitativo considerou a necessidade de instalação de dispensers em diversos ambientes do hospital, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• sanitários de uso coletivo;</li> <li>• áreas de</li> </ul>
----	------------------	--	-----	--	---

práticas alinhadas às  
melhores

lavagem e  
secagem de  
mãos em  
setor

es assistenciais;

- consultórios e salas de atendimento;
- postos de enfermagem;
- salas de preparo e manipulação de materiais;
- áreas de circulação com pontos de higienização;
- ambientes administrativos e de apoio.

**Distribuição  
estimada dos 100  
dispensers:**

**Emergência - 20  
unid.**

**Enfermarias - 25  
unid. UTIs - 10  
unid.**

**Ambulatórios - 10  
unid.**

**Centro cirúrgico e  
SRPA - 10 unid.**

**Sanitários  
públicos - 10  
unid.**

**Setores  
administrativos -  
10 unid.**

**Diagnóstico e  
apoio - 05 und.**

			<p>referências em gestão hospitalar e biossegurança.</p> <p>Assim, a aquisição dos dispensers para papel toalha mostra-se tecnicamente necessária para assegurar o adequado acondicionamento e utilização do insumo já disponibilizado, fortalecer as práticas de higienização das mãos e contribuir para a manutenção da qualidade e segurança da assistência prestada aos usuários desta unidade hospitalar.</p>	<p>Dessa forma, o quantitativo de <b>100 unidades</b> mostra-se tecnicamente adequado para atender à dimensão estrutural da unidade hospitalar e garantir a adequada distribuição de pontos de secagem das mãos nos diversos setores do Hospital Getúlio Vargas, contribuindo para a manutenção das condições de higiene, segurança sanitária e qualidade da assistência prestada.</p>
--	--	--	--	--

19	574684-1	ESTRADO - DE POLIPROPILENO, MEDINDO 50,00X50,00X5,00CM (CXLXA), COM CAPACIDADE ATE 1000KG	30	<p>Destaca-se que os estrados são itens essenciais para a correta organização, armazenamento e acondicionamento de materiais e insumos, permitindo mantê-los elevados do piso, o que contribui para melhores condições de higiene, conservação, ventilação e controle sanitário, em conformidade com as boas práticas de armazenamento.</p> <p>Ademais, a ampliação das atividades assistenciais e administrativas da unidade, bem como a implantação e funcionamento de novos setores ao longo dos últimos anos, ocasionaram aumento no volume de materiais armazenados, tornando necessária a reposição e ampliação do quantitativo desses itens.</p> <p>Destaca-se que a necessidade de melhoria na organização logística e nas condições de armazenamento de insumos hospitalares foi objeto de recomendações apresentadas durante a <b>consultoria especializada realizada pelo</b></p>	<p><math>CMM = (1+4)/2</math> <math>= 2,5</math> <math>CMA =</math> <math>2,5*12 = 30</math></p> <p>A quantidade solicitada basea-se na necessidade de reposição dos estrados atualmente desgastados ou danificadas pelo uso contínuo e ampliação das atividades assistenciais e administrativas da unidade, bem como a implantação e funcionamento de novos setores ao longo dos últimos anos.</p> <p>Histórico de Consumo 82517536 (última aquisição)</p>
----	----------	---	----	--	---

			<p><b>Hospital Israelita Albert Einstein</b>, a qual indicou a adoção de práticas estruturadas de organização e controle de materiais como medida essencial para garantir eficiência operacional e segurança sanitária.</p> <p>A medida também está em consonância com as diretrizes estabelecidas pela <b>RDC nº 50/2002 da ANVISA</b>, bem como com as boas práticas de armazenamento adotadas em estabelecimentos assistenciais de saúde.</p> <p>Dessa forma, a presente aquisição justifica-se pela necessidade de garantir a adequada organização e armazenamento dos materiais, assegurar condições sanitárias apropriadas, além de manter a eficiência logística e operacional da unidade.</p>	<p><i>Obs: comprovação de consumo foi baseado no e-fisco 365198-3, que no momento encontra-se inativo e foi substituído pelo 574684-1, que apresenta o mesmo descritivo.</i></p>
--	--	--	---	--



20	574838-0	<p>ESTRADO – EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, V</p> <p>AZADO, MEDINDO 1,20X1,00X0,15M (CXLXA), COM CAPACIDADE ESTATICA PARA 3000KG</p>	30	<p>Destaca-se que os estrados são itens essenciais para a correta organização, armazenamento e acondicionamento de materiais e insumos, permitindo mantê-los elevados do piso, o que contribui para melhores condições de higiene, conservação, ventilação e controle sanitário, em conformidade com as boas práticas de armazenamento.</p> <p>Ademais, a ampliação das atividades assistenciais e administrativas da unidade, bem como a implantação e funcionamento de novos setores ao longo dos últimos anos, ocasionaram aumento no volume de materiais armazenados, tornando necessária a reposição e ampliação do quantitativo desses itens.</p> <p>Dessa forma, a presente aquisição justifica-se pela necessidade de garantir a adequada organização e armazenamento dos materiais, assegurar condições sanitárias apropriadas, além de manter a eficiência logística e operacional da unidade.</p>	<p>CMM = 10 CMA = 10*12 = 120</p> <p>A quantidade solicitada baseia-se na necessidade de reposição dos estrados atualmente desgastados ou danificadas pelo uso contínuo e ampliação das atividades assistenciais e administrativas da unidade, bem como a implantação e funcionamento de novos setores ao longo dos últimos anos.</p> <p>Histórico de Consumo 82628812 (última aquisição)</p> <p><i>Obs: comprovação de consumo foi baseado no e-fisco 201283-9, que no momento encontra-se inativo e foi substituído pelo 574838-0 que apresenta o mesmo descritivo.</i></p>
----	----------	---	----	--	---

				<p>A aquisição de <b>caixas plásticas organizadoras em polipropileno, com capacidade aproximada de 65 litros</b>, dotadas de tampa, alça e sistema de trava, destinadas ao <b>transporte de medicamentos e instrumentais cirúrgicos</b>, justifica-se pela necessidade de adequação da logística interna de materiais em decorrência da <b>ampliação da estrutura assistencial do Hospital Getúlio Vargas</b>,</p>	
--	--	--	--	--	--

21	607176 - 7	CAIXA PLÁSTICA - EM POLIPROPILENO, ME DINDO 600,00X400,00X370,0 0MM (CXLXA) EXTERNA E 530,00X400,00X340,0 0MM INTERNA, TIPO ORGANIZADORA, COM TAMPA, ALCA E TRAVA, COR OPACA, FORMATO RETANGULAR, PARA TRANSPORTE RTE DE MEDICAMENTO E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, CAPACIDADE 65 LITROS	36	especialmente com a implantação do <b>novo bloco cirúrgico</b> . A expansão da estrutura cirúrgica da unidade implicou aumento significativo na movimentação interna de materiais e insumos entre setores estratégicos do hospital, especialmente entre a <b>Central de Material e Esterilização (CME), a Farmácia Hospitalar e os centros cirúrgicos</b> , tornando indispensável a utilização de recipientes apropriados para garantir o <b>transporte seguro, organizado e protegido de instrumentais cirúrgicos, materiais esterilizados e medicamentos</b> utilizados nos procedimentos. Nesse contexto, as caixas organizadoras em polipropileno apresentam características técnicas adequadas ao ambiente hospitalar, tais como o <b>alta resistência mecânica, durabilidade, proteção contra contaminação externa, facilidade de higienização e vedação segura por meio de tampa com travamento</b> , sendo amplamente utilizadas em fluxos logísticos hospitalares para transporte e acondicionamento de materiais sensíveis. Adicionalmente, a utilização de recipientes apropriados para transporte e acondicionamento de materiais hospitalares está alinhada às <b>boas práticas de</b>	A definição do quantitativo de <b>36 unidades</b> foi realizada com base na <b>estrutura física dos blocos cirúrgicos da unidade hospitalar</b> , considerando o número de salas cirúrgicas existentes e a necessidade operacional de disponibilização de <b>duas caixas por sala cirúrgica</b> , sendo uma destinada ao uso durante os procedimentos e outra para preparação prévia de materiais e insumos necessários às cirurgias. <b>O dimensionamento foi realizado da seguinte maneira:</b> <b>Bloco Cirúrgico Geral (10 salas) - 2 Caixas / Sala = 20 Caixas</b> <b>Bloco Cirúrgico Ambulatorial (8 salas) - 2 Caixas / Sala = 16 Caixas</b> A disponibilização de duas caixas por sala cirúrgica permite a organização adequada do fluxo de materiais, possibilitando que uma caixa esteja <b>em utilização durante os procedimentos cirúrgicos</b> , enquanto outra permaneça <b>em</b>
----	------------------	---	----	---	---

processamento e  
circulação de

preparo  
ou  
abastecimento,  
evitando  
interrupções no fluxo  
assistencial  
e garantindo  
maior  
eficiência nas  
rotinas  
operacionais dos  
blocos cirúrgicos.  
Dessa forma,  
o  
quantitativo de  
**36**  
**unidades**  
mostra-se  
tecnicamente  
adequado para  
atender  
às  
necessidades  
operacionais dos  
blocos cirúrgicos  
do  
Hospital  
Getúlio  
Vargas,  
garantindo  
maior  
organização,  
segurança no  
transporte de  
materiais e eficiência  
no fluxo logístico  
entre os setores  
envolvidos no  
processo cirúrgico.

**materiais em  
estabelecimentos de  
saúde,**

contribuindo para a  
manutenção da  
integridade dos  
instrumentais cirúrgicos e  
para a redução de riscos de  
contaminação durante  
o  
transporte interno.

A medida também encontra  
respaldo nas diretrizes  
estabelecidas pela **RDC nº  
50/2002**

**da ANVISA**, que dispõe  
sobre o planejamento  
físico de estabelecimentos  
assistenciais de saúde, bem  
como nas boas práticas de  
organização logística  
aplicáveis a ambientes  
hospitalares.

				<p>Apresentando elevado fluxo de atendimentos e ampla estrutura composta por diversos setores assistenciais e de apoio, tais como emergência, enfermarias, unidades de terapia intensiva (UTIs), centro cirúrgico, central de material e esterilização (CME), farmácia hospitalar, ambulatórios e setores administrativos, além da <b>ampliação da estrutura assistencial da unidade, com a implantação do novo bloco cirúrgico</b>, onde houve ampliação das rotinas operacionais envolvendo o transporte interno de instrumentais cirúrgicos, materiais esterilizados, medicamentos e insumos entre setores como a Central de Material e Esterilização (CME), farmácia hospitalar e centro cirúrgico, tornando indispensável a utilização de recipientes apropriados para acondicionamento e transporte seguro desses materiais. Essa complexidade</p>	<p>O quantitativo de <b>72 (setenta e duas) unidades</b> de caixas plásticas organizadoras tipo basculhante, com capacidade aproximada de <b>120 litros</b>, foi estimado considerando o porte estrutural do Hospital Getúlio Vargas, bem como a ampliação da estrutura assistencial da unidade decorrente da implantação do <b>novo bloco cirúrgico</b> e da necessidade d e aprimoramento d a logística interna de transporte e armazenamento d e materiais hospitalares. A estimativa do quantitativo considerou a necessidade de disponibilização desses recipientes em setores estratégicos da unidade hospitalar que realizam rotinas frequentes de movimentação de materiais, incluindo do principalmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Central de Material e Esterilização (CME)</b>, responsável pelo processamento e distribuição de</li> </ul>
--	--	--	--	--	--



22	607180-5	CAIXA PLÁSTICA EM POLIPROPILENO, MEDIDA 45,0X50,2X59,8CM (AXLXC), TIPO BASCULHANTE, COR OPACA, FORMATO RETANGULAR, PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTOS E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, CAPACIDADE 120 LITROS	72	<p>estrutural demanda a utilização de recipientes apropriados para <b>organização, transporte e armazenamento seguro de materiais e insumos hospitalares</b> entre os diferentes setores da instituição.</p> <p>A utilização de caixas organizadoras em material resistente, de fácil higienização e adequado ao ambiente hospitalar contribui para preservar a integridade dos materiais transportados, reduzir riscos de contaminação e promover maior organização dos fluxos logísticos internos.</p> <p>Além disso, a utilização de recipientes apropriados para transporte e armazenamento de insumos hospitalares está alinhada às diretrizes estabelecidas pela <b>RDC nº 50/2002 da ANVISA</b>, bem como às boas práticas de controle e organização de materiais em estabelecimentos assistenciais de saúde.</p> <p>Dessa forma, a aquisição das caixas plásticas basculhantes mostra-se tecnicamente necessária para garantir segurança, organização e eficiência no transporte interno de materiais hospitalares.</p>	<p>instrumentais e materiais esterilizados;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Centro Cirúrgico e novo bloco cirúrgico</b>, que demandam fluxo constante de instrumentais e insumos entre e setores;</li> <li>• <b>Farmácia hospitalar</b>, para organização e transporte interno de medicamentos e materiais;</li> </ul> <p><b>Distribuição estimada das 72 caixas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CME - 20 caixas</li> <li>• Centro Cirúrgico / Novo Bloco Cirúrgico - 20 caixas</li> <li>• Farmácia Hospitalar - 15 caixas</li> <li>• OPME - 15 caixas</li> <li>• Reserva técnica / reposição - 2 caixas</li> </ul> <p>Dessa forma, o quantitativo de <b>72 unidades</b> mostra-se tecnicamente adequado para atender às necessidades operacionais do Hospital Getúlio</p>
----	----------	--	----	---	--

					Vargas, garantindo a distribuição dos recipientes entre os principais setores envolvidos na logística interna de materiais, contribuindo para a <b>segurança</b> no <b>transporte</b> de insumos, <b>organização dos</b> <b>fluxos logísticos</b> e melhoria da <b>eficiência</b> <b>operacional</b> d a unidade hospitalar.
--	--	--	--	--	---

23	576654-0	RECIPIENTES PARA LIXOS - EM MADEIRA PLÁSTICA, FORMATO REDONDO, MEDINDO 70,00X50,00CM (AXD), CAPACIDADE DE 94L, DUPLA, COM SUPORTE	10	<p>A aquisição de recipientes para lixo destinados às áreas externas do hospital justifica-se pela necessidade de substituição das lixeiras atualmente danificadas em razão do desgaste causado pelo tempo de uso e exposição às intempéries. Ademais, verificou-se a ausência de recipientes adequados em determinados pontos da área externa, o que tem ocasionado descarte inadequado de resíduos. A disponibilização desses equipamentos contribuirá para a manutenção da limpeza, organização e condições sanitárias adequadas do ambiente hospitalar.</p> <p>A medida encontra respaldo nas diretrizes estabelecidas pela <b>RDC nº 222/2018 da ANVISA</b>, que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, reforçando a necessidade de estruturas adequadas para acondicionamento e coleta de resíduos gerados nas unidades de saúde.</p> <p>Dessa forma, a aquisição dos recipientes para lixo mostra-se necessária para assegurar a adequada gestão dos resíduos e contribuir para a manutenção de um ambiente hospitalar limpo, organizado e sanitariamente seguro.</p>	<p>O quantitativo de <b>10 (dez) unidades</b> de recipientes para lixo destinados às áreas externas foi estimado com base na análise da extensão da área externa da unidade hospitalar, nos fluxos de circulação de pessoas e na necessidade de garantir pont os adequados para descarte de resíduos ao longo das áreas de convivência, acessos e espaços de permanência.</p> <p>Considerando essas características estruturais, adotou-se como critério técnico a distribuição estratégica de recipientes de coleta em pontos de maior circulação e permanência de usuários, de modo a garantir cobertura adequada da área externa e evitar o descarte inadequado de resíduos no ambiente hospitalar.</p> <p>Nesse sentido, o quantitativo estimado contempla a instalação de recipientes nos seguintes pontos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Acessos principais de entrada e saída do hospital - 2 unid.;</b></li> </ul>
----	----------	---	----	--	---

					<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Áreas de circulação externa e pacientes e acompanhantes - 1 unid. ;</b></li> <li>• <b>áreas próximas a estacionamentos e vias internas de acesso - 3 unid.;</b></li> <li>• <b>áreas externas próximas a setores assistenciais com fluxo de usuários - 2 unid.;</b></li> <li>• <b>pontos estratégicos de convivência e permanência de pessoas nas áreas externas da unidade - 2 unid.;</b></li> </ul>
--	--	--	--	--	--

24	101058 - 1	CONE - PVC FLEXÍVEL, 75CM ALTURA X 40CM BASE (PRETO/AMARELO )	75	A aquisição de cones de sinalização justifica-se pela necessidade de organização e controle do fluxo de pessoas e veículos nas áreas internas e externas da unidade hospitalar, contribuindo para a prevenção de acidentes e para a sinalização temporária de áreas de risco ou manutenção. O quantitativo foi estimado com base no histórico de consumo e nas demandas operacionais do setor de vigilância.	$CMM = (25 + 50)/2 = 37,5$ $CMA = 35,5 * 12 = 450$ Quantidade solicitada na necessidade d e reposição dos cones atualmente desgastadas ou danificadas pelo uso contínuo. Histórico de Consumo 72238221
25	105644 - 1	SUPORTE PARA GARRAÇÃO - EM PLÁSTICO, NO FORMATO CÔNICO, PARA GARRAÇÃO DE 20 L, NA COR BEGE	30	O quantitativo foi estimado com base na última aquisição da unidade e na necessidade de reposição de unidades desgastadas pelo uso contínuo, bem como na ampliação da estrutura assistencial e logística da unidade hospitalar.	$CM = 40$ Quantidade solicitada na necessidade d e reposição das caixas atualmente desgastadas ou danificadas pelo uso contínuo e decorrente da criação de novos postos de trabalho e da implantação do novo bloco cirúrgico. NF Eletrônica (última aquisição) 72238287
26	312315 - 4	CAIXA PLÁSTICA - EM POLIPROPILENO, MEDIDAS APROXIMADAS: 120X155X250 MM (ALT X LARG X COMP), SEM TAMPA, COR PRETA, RETANGULAR, PARA ESTANTE DE BINS, 4 LITROS	120	A aquisição de caixas plásticas tipo bin para estantes destina-se à organização e armazenamento de materiais de pequeno porte utilizados nas rotinas assistenciais e administrativas. A necessidade do item decorre da <b>implantação do novo bloco cirúrgico</b> e da reorganização dos espaços de armazenamento de insumos hospitalares, sendo o quantitativo estimado com base na estrutura	Para o novo bloco cirúrgico, composto por <b>8 salas</b> , o dimensionamento da s caixas organizadoras foi realizado considerando a necessidade de estruturação individualizada por sala e o suporte às áreas de apoio. Adotou-se a média operacional de <b>15 unidades por sala</b> , considerando a

				das estantes e na demanda de organização dos setores envolvidos.	distribuição entre as salas cirúrgicas e as áreas de apoio vinculadas ao bloco. Assim, o quantitativo total estima do corresponde a <b>120</b> <b>caixas</b> bins. 8 salas * 15 unid. = 120
--	--	--	--	--	--

Adicionalmente, destaca-se que os quantitativos estimados possuem caráter referencial e foram definidos com base nas necessidades atualmente identificadas pela unidade hospitalar, podendo sofrer ajustes durante a fase de execução contratual, caso haja variações justificadas na demanda institucional, sempre observados os limites legais e contratuais aplicáveis.

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor do item solicitado neste processo licitatório foi obtido através do Processo Licitatório 0889.2020.CPL.HGV.PE.0094.HGV; 2951.2024.CCD.DL.0240.HGV; 0286.2024.AC-16.PE.0039.SAD; 1555.2024.CCD.DL.0234.HGV, 0377.2024.CCD.DL.0131.HGV; 0008.2023.HAM, 2924.2024.AC-62.PE.0579.SAD.SEP DEC e todos os outros valores não encontrados em solicitações de aquisição na unidade, foram encontrados no Banco de Preços do PE Integrado e internet.

DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT.
BOTIJÃO PARA ÁGUA MINERAL – EM PLÁSTICO POLICARBONATO, FORMATO CILÍNDRICO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS	UNID	R\$16,34
CADEIRA - TIPO PLASTICA,BASE FIXA EM POLIPROPILENO,SEM RODIZIO,COM 76,00CM DE ALTURA TOTAL,COM BRACO,ASSENTO EM POLIPROPILENO,SEM REVESTIMENTO,MEDINDO 55,00X55,50CM (LXP),SEM REGULAGEM,ENCOSTO EM POLIPROPILENO,SEM REVESTIMENTO,MEDINDO 40,00X25,00CM (LXA),SEM REGULAGEM,DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5% , CAPACIDADE MINÍMA PARA 120 KG.	UNID	R\$127,91
CADEIRA – TIPO PLÁSTICA, BASE FIXA EM POLIPROPILENO, SEM RODIZIO, ALTURA TOTAL DE NO MÍNIMO 85,00CM, SEM BRACOS, ASSENTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 40,00CM DE DIÂMETRO, SEM REGULAGEM, ENCOSTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 40,00X25,00CM (LXA), SEM REGULAGEM, DIMENSÕES COM VARIAÇÃO EM ATE 5%, CAPACIDADE NO MÍNIMO PARA 120 KG	UNID	R\$43,79
CAIXA PLASTICA - EM PLASTICO RESISTENTE,DIMENSOES: 55X37X16CM,COM TAMPA, TIPO ORGANIZADOR,RETANGULAR,PARA SOLUCOES DESINFECTANTES E ARMAZENAMENTO DE MATERIAL ESTERILIZADOS,CAPACIDADE APROXIMADA DE 50 LITROS	UNID	R\$ 115,95
CAIXA ORGANIZADORA – EM PLÁSTICO, COM ENCAIXE EM CIMA E NAS LATERAIS, 42,50X30,50X14,40 CM, NA COR TRANSPARENTE, EMPILHÁVEL	UNID	R\$42,37
441694-5 CAIXA ORGANIZADORA – EM PLÁSTICO, PARA USO GERAL, 48,70X33,10X33,60CM, NA COR TRANSPARENTE, TAMPA COM TRAVA	UNID	R\$74,05
CAIXA PLÁSTICA – EM PLÁSTICO, MEDINDO 15,00X18,00X29,0CM (ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO), TIPO BIN, CORES VARIADAS, RETANGULAR, PARA ACONDICIONAR MEDICAMENTOS, CAPACIDADE VARIADA	UNID	R\$51,51
389094-5 CAIXA ORGANIZADORA – EM PLÁSTICO, PARA ARMAZENAR MEDICAMENTOS, MEDINDO 56,00X38,00X20,00 CM, NA COR TRANSPARENTE, TAMPA COM TRAVA DE SEGURANÇA, EMPILHÁVEL, COM ALCA	UNID	R\$63,25
CAIXA PLASTICA - PLASTICO ATOXICO, LISO,DIMENSOES (44X24X22) CM,COM TAMPA, TIPO	UNID	R\$ 60,89



ORGANIZADOR,DIVERSAS,RETANGULAR,PARA USO GERAL,CAPACIDADE APROXIMADA DE 20 LITROS		
CAIXA PLÁSTICA – MATÉRIA-PRIMA PLÁSTICO, DIMENSÕES 564 X 385 X 371 CM (ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO),TIPO ORGANIZADORA ALTO, COR TRANSPARENTE, FORMATO RETANGULAR, PARA MATERIAIS HOSPITALARES, CAPACIDADE APROXIMADA DE 56 LITROS	UNID	R\$76,11
CAIXA PLASTICA - PLASTICO ATOXICO, LISO, TAMANHO (18 X 45 X 55) CM, COM TAMPA,, RETANGULAR, PARA ACONDICIONAMENTO DOS ENDOSCOPIOS NO MOMENTO DA DESINFECÇÃO, CAPACIDADE PARA 45 LITROS	UNID	R\$105,93
CESTOS EXPOSITORES - EM POLIPROPILENO,PARA ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, TIPO EMPILHADEIRA,MEDINDO (27,5 X 58 X 41)CM (ALT X LARG X PROF)	UNID	R\$49,50
CARRO COLETOR DE LIXO – POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM PROTEÇÃO ULTRA VIOLETA, CAPACIDADE PESO 510 KG, MEDIDAS 1.330X1.360X1.095 (AXLXP). TAMPA BI-PARTIDA PARA COLETA DE RESIDUOS, COMPOSTO DE CORPO, TAMPA, DRENO, MUNHAO PARA BASCULAMENTO, LATERAL E REFORÇO EM CHAPA DE AÇO, NA COR AZUL, COM 4 RODÍZIOS GIRATÓRIOS SENDO 2 COM FREIOS DE ESTACIONAMENTO COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTI-CORRESAIO E RODAS DE 200 MM EM BORRACHA MACICA COM NÚCLEO DE POLIPROPILENO,,FABRICADO EM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 15911-3, GARANTIA DE 01 ANO	UNID	R\$ 2.486,00
CARRO COLETOR DE LIXO – TIPO CONTENTOR, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM 04 RODAS E GIRO DE 360 GRAUS, COM TRAVA NAS DUAS RODAS TRASEIRAS, CAPACIDADE MINIMA DE 660 LITROS, EQUIVALENTE A 306KG, MEDINDO EM MEDIA: ALTURA 120CM, PROFUNDIDADE 79,4CM E LARGURA 1,37 CM, PESO DE 43KG, GARANTIA DE 01 ANO PARA PECAS E SERVIÇOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, TODOS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.	UNID	R\$ 2.352,57
CORTINA – DIVISÓRIA HOSPITALAR SEM EMENDAS, ANTICHAMA, ANTI-MOFO, BACTERICIDA, SEM EMENDAS, TELA SUPERIOR, EM VINIL ANTICHAMA, COM BORDAS DE REFORÇO SUPERIOR E INFERIOR, COM ILHOSES DE LATÃO CROMADO, DE 21,00MM COLOCADOS A CADA 0,15M, MEDINDO (7,00M X 2,25M) (LARG. X ALT.), TELA COM 45,00CM,,COM TRILHOS COMPATÍVEL COM A LARGURA DA CORTINA EM FORMATO “U”, COM CERTIFICADO DE FLAMABILIDADE, ..ATENDER A RDC Nº 50 DA ANVISA, PARA USO EM ÁREA DE ATENDIMENTO E OBSERVAÇÃO	UNID	R\$1.826,42
DISPENSADOR – EM PLÁSTICO ABS, PARA SER UTILIZADA COM SABONETE LIQUIDO OU ÁLCOOL EM GEL, COM CAPACIDADE PARA 800ML .MEDINDO (116 X 110 X 265)MM E RESERVATÓRIO SANFONADO MEDINDO (90 X 80 X 130)MM, ASSÉPTICO COM BASCULHANTE EM PLÁSTICO E TRAVA DE SEGURANÇA, NA COR BRANCA	UNID	R\$48,99
DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO – DE PLÁSTICO ABS, COM BUCHAS E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO, CAPACIDADE PARA ROLO DE 400M, ALTURA 263MM X LARGURA 138MM X PROFUNDIDADE 126MM, NA COR CINZA, NO FORMATO PARA FIXAÇÃO EM PAREDE	UNID	R\$26,13
DISPENSER PARA PAPEL TOALHA – EM PLÁSTICO ABS, NA COR BRANCA, MEDINDO 360MM X 260MM X 240MM (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE), COM CAPACIDADE PARA ROLO DE 200M, NO FORMATO RETANGULA	UNID	R\$31,97
ESTRADO – DE POLIPROPILENO, MEDINDO 50,00X50,00X5,00CM (CXLXA), COM CAPACIDADE ATE 1000KG	UNID	R\$ 42,13
ESTRADO – EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, VAZADO,MEDINDO 1,20X1,00X0,15M (CXLXA),COM CAPACIDADE ESTATICA PARA 3000KG	UNID	R\$ 190,70
CAIXA PLÁSTICA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 600,00X400,00X370,00MM (CXLXA) EXTERNA E 530,00X400,00X340,00MM INTERNA, TIPO ORGANIZADORA, COM TAMPA, ALCA E TRAVA,COR OPACA,FORMATO RETANGULAR,PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTO E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, CAPACIDADE 65 LITROS	UND.	R\$ 204,93
CAIXA PLÁSTICA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 45,0X50,2X59,8CM (AXLXC),TIPO BASCULHANTE,COR OPACA,FORMATO RETANGULAR,PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTO E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, CAPACIDADE 120 LITROS	UND.	R\$ 329,00

RECIPIENTES PARA LIXOS – EM MADEIRA PLASTICA,FORMATO REDONDO,MEDINDO 70,00X50,00CM (AXD),CAPACIDADE DE 94L,DUPLA, COM SUPORTE	UND	R\$ 849,00
CONE - PVC FLEXÍVEL, 75CM ALTURA X 40CM BASE (PRETO/AMARELO )	UND	48,99
SUPORTE PARA GARRAÇÃO - EM PLÁSTICO, NO FORMATO CÔNICO, PARA GARRAÇÃO DE 20 L, NA COR BEGE	UND	48,98
CAIXA PLÁSTICA - EM POLIPROPILENO,MEDIDAS APROXIMADAS: 120X155X250 MM( ALT X LARG X COMP ), SEM TAMPA,COR PRETA,RETANGULAR,PARA ESTANTE DE BINS,4 LITROS	UND	2,39

Valor global: 247.195,27 (duzentos e quarenta e sete mil, cento e noventa e cinco reais e vinte e sete centavos.)

#### 8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, deve-se avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto com vistas à ampliação da competitividade e ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, desde que tal medida não comprometa a economicidade, a eficiência da contratação ou a execução do objeto.

No presente caso, a contratação tem por objeto a aquisição de materiais plásticos diversos destinados ao apoio das atividades assistenciais, administrativas e operacionais da unidade hospitalar, incluindo itens utilizados para organização, armazenamento, transporte de materiais, sinalização e acondicionamento de resíduos.

Considerando a natureza dos itens a serem adquiridos, verifica-se que os produtos possuem características distintas entre si, podendo ser fornecidos por diferentes fabricantes ou fornecedores especializados. Dessa forma, a adoção do parcelamento do objeto em itens mostra-se tecnicamente viável e adequada, pois possibilita maior participação de fornecedores no certame, ampliando a competitividade e favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

Além disso, o parcelamento não compromete a execução contratual, uma vez que os itens são independentes entre si e não apresentam interdependência técnica que exija fornecimento conjunto por um único fornecedor.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto em itens constitui a solução mais adequada para a presente contratação, por favorecer a competitividade, ampliar o acesso de fornecedores ao certame e contribuir para a obtenção de melhores condições de contratação para a Administração Pública.

#### 9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

#### 10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem como objetivo assegurar condições adequadas de organização, armazenamento, transporte interno de materiais, acondicionamento de resíduos e suporte às atividades assistenciais e administrativas da unidade hospitalar, por meio da aquisição de materiais plásticos diversos, observando requisitos de segurança, qualidade, padronização e conformidade com as normas técnicas aplicáveis aos estabelecimentos de saúde.

Com a implementação da solução proposta, espera-se alcançar os seguintes resultados institucionais:

##### 10.1. Adequação às normas sanitárias aplicáveis aos serviços de saúde

A disponibilização de materiais adequados para organização, armazenamento e acondicionamento de insumos hospitalares contribuirá para o atendimento às diretrizes estabelecidas pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**, especialmente aquelas relacionadas às boas práticas de funcionamento de serviços de saúde e ao planejamento físico de estabelecimentos assistenciais, conforme previsto na **RDC nº 50/2002**, que estabelece requisitos para organização e funcionamento de ambientes hospitalares.

A adoção de materiais adequados, como cortinas divisórias hospitalares, estrados e recipientes apropriados para armazenamento e organização de insumos, contribui para a manutenção de ambientes seguros, organizados e compatíveis com as exigências sanitárias aplicáveis.

#### **10.2. Fortalecimento das práticas de biossegurança e prevenção de infecções**

A utilização de dispensadores adequados para sabonete, álcool em gel e papel toalha, bem como recipientes apropriados para acondicionamento de resíduos, contribui para o fortalecimento das práticas de higienização das mãos e para a prevenção da disseminação de microrganismos no ambiente hospitalar.

Essas medidas estão alinhadas às diretrizes de biossegurança e às práticas de controle de infecções relacionadas à assistência à saúde, conforme estabelecido em normas sanitárias aplicáveis e nas recomendações das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), além das disposições da **NR 32, Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde**, que prevê a adoção de medidas de proteção à saúde dos trabalhadores e usuários dos serviços de saúde.

#### **10.3. Melhoria das condições de armazenamento e conservação de materiais**

A utilização de caixas organizadoras, estrados e recipientes adequados possibilitará melhores condições de armazenamento e conservação de medicamentos, materiais médico-hospitalares e demais insumos utilizados na unidade, mantendo-os protegidos contra umidade, contato direto com o piso, poeira e outras fontes de contaminação.

Essa prática encontra respaldo nas boas práticas de armazenamento aplicáveis aos serviços de saúde e contribui para a preservação da integridade dos materiais, reduzindo perdas e garantindo maior segurança no uso dos insumos assistenciais.

#### **10.4. Padronização dos materiais utilizados na unidade hospitalar**

A contratação permitirá a padronização dos materiais utilizados nos diversos setores da unidade hospitalar, assegurando maior uniformidade nos processos de organização, armazenamento e transporte interno de insumos.

A padronização contribui para maior eficiência logística, facilita a gestão de estoques e possibilita melhor controle patrimonial e operacional dos materiais utilizados, além de atender a requisitos de qualidade e segurança estabelecidos por normas técnicas aplicáveis a produtos plásticos, como aquelas definidas pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)** e por regulamentações do **Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO**, quando aplicáveis.

#### **10.5. Melhoria da organização logística e da eficiência operacional**

A disponibilização de caixas organizadoras, cestos expositores e recipientes adequados permitirá maior eficiência nos fluxos de armazenamento, transporte interno e distribuição de materiais entre setores estratégicos da unidade hospitalar, como farmácia hospitalar, almoxarifado, centro cirúrgico e unidades assistenciais.

Essa organização logística contribui para maior agilidade nas rotinas operacionais, melhor controle dos estoques e maior eficiência na utilização dos recursos institucionais.

#### **10.6. Substituição de materiais deteriorados e ampliação da infraestrutura de apoio**

A contratação permitirá a substituição de itens atualmente desgastados ou danificados pelo uso contínuo, além da ampliação da disponibilidade de materiais necessários para atender à expansão da estrutura assistencial da unidade hospitalar, especialmente com a implantação do novo bloco cirúrgico.

A renovação desses materiais contribui para garantir condições adequadas de funcionamento dos setores, maior durabilidade dos equipamentos de apoio e maior segurança na execução das atividades assistenciais e administrativas.

### **7. Promoção da qualidade e segurança na assistência prestada**

Ao assegurar melhores condições de organização, armazenamento, higienização e apoio às atividades hospitalares, a contratação contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, para a segurança de pacientes e profissionais e para a continuidade das atividades assistenciais da unidade hospitalar.

Dessa forma, os resultados pretendidos estão alinhados aos princípios da eficiência, da qualidade do serviço público e da segurança sanitária, conforme estabelecido na **Lei nº 14.133/2021**, bem como nas normas técnicas e regulamentações aplicáveis aos serviços de saúde.

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Para assegurar a adequada implementação da solução proposta e garantir a correta execução do objeto contratual, a Administração deverá adotar previamente algumas providências de natureza administrativa, técnica e operacional. Tais medidas têm como finalidade preparar a estrutura institucional para o recebimento dos materiais, bem como assegurar a adequada gestão e fiscalização do contrato, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento e controle da Administração Pública previstos na Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes providências:

### **11.1. Instrução e formalização do processo de contratação**

A Administração deverá promover a instrução completa do processo administrativo de contratação, observando as etapas previstas na legislação vigente, incluindo a elaboração e aprovação do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, estimativa de preços e demais documentos necessários à realização do procedimento licitatório ou instrumento equivalente.

Essa etapa visa garantir a adequada formalização da contratação e a definição clara das condições de fornecimento, prazos, especificações técnicas e critérios de recebimento dos materiais.

### **11.2. Designação de gestores e fiscais do contrato**

Antes da celebração do contrato, deverá ser realizada a designação formal dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Esses servidores serão responsáveis por acompanhar a execução do contrato, verificar a conformidade dos materiais entregues com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, registrar eventuais ocorrências e adotar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais.

### **11.3. Capacitação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização contratual**

A Administração deverá promover, quando necessário, a capacitação ou orientação dos servidores designados para atuar na gestão e fiscalização do contrato, especialmente quanto às atribuições previstas na legislação vigente, aos procedimentos de recebimento de materiais e às rotinas de acompanhamento da execução contratual.

Essa medida visa fortalecer os mecanismos de controle e assegurar que a execução do contrato ocorra em conformidade com as normas administrativas e os princípios da boa gestão pública.

### **11.4. Organização das condições de recebimento e armazenamento dos materiais**

Deverá ser realizada a verificação prévia das condições de recebimento, conferência e armazenamento dos materiais a serem adquiridos, garantindo que os setores responsáveis disponham de espaço físico adequado para acondicionamento dos itens, conforme as boas práticas de organização e controle de materiais hospitalares.

Essa providência contribui para evitar danos aos materiais, facilitar o controle de estoque e assegurar a adequada conservação dos itens após o recebimento.

### **11.5. Definição dos fluxos internos de distribuição dos materiais**

A Administração deverá organizar ou revisar os fluxos internos de distribuição dos materiais entre os setores da unidade hospitalar, especialmente aqueles relacionados ao almoxarifado, farmácia hospitalar, centro cirúrgico e demais unidades assistenciais.

Tal medida visa garantir maior eficiência na logística interna e assegurar que os materiais adquiridos sejam distribuídos de forma adequada e tempestiva aos setores demandantes.

### **11.6. Adequação dos procedimentos internos de controle de materiais**

Deverão ser observados os procedimentos institucionais de registro, controle e movimentação de materiais nos sistemas de gestão utilizados pela unidade, assegurando a correta contabilização, rastreabilidade e acompanhamento do consumo dos itens adquiridos.

### **11.7. Orientação dos setores quanto à correta utilização dos materiais**

Após a aquisição, os setores envolvidos deverão ser orientados quanto à correta utilização, conservação e organização dos materiais adquiridos, de modo a assegurar maior durabilidade dos itens, melhor controle dos estoques e uso adequado dos recursos públicos.

As providências acima descritas não demandam investimentos estruturais relevantes por parte da Administração, consistindo essencialmente em medidas de organização administrativa, planejamento logístico e fortalecimento da gestão contratual, necessárias para assegurar a adequada execução da contratação pretendida e o pleno atendimento das necessidades da unidade hospitalar.



## 12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação pretendida envolve a aquisição de materiais plásticos destinados ao apoio das atividades operacionais e assistenciais da unidade hospitalar.

Considerando a natureza dos produtos, verifica-se que os impactos ambientais associados à contratação são considerados de baixa complexidade, estando relacionados principalmente ao processo de fabricação dos materiais e ao descarte ao final de sua vida útil.

Com o objetivo de mitigar eventuais impactos ambientais, a Administração deverá observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade na definição das especificações técnicas dos itens a serem adquiridos, tais como:

- Utilização de materiais com maior durabilidade e resistência, reduzindo a necessidade de reposições frequentes;
- Preferência por produtos fabricados com materiais recicláveis ou que permitam reaproveitamento ao final de sua vida útil;
- Observância das normas técnicas aplicáveis à qualidade e segurança dos materiais, garantindo maior vida útil dos produtos.
- NBR ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental, que assegura práticas de gestão e controle dos aspectos ambientais do processo produtivo, incluindo o uso responsável de recursos e a redução de resíduos plásticos.
- Certificações específicas para plásticos sustentáveis, como selos de conformidade com normas de compatibilidade (por exemplo, ABNT NBR 15448, que trata sobre plásticos biodegradáveis compostáveis).

Além disso, o descarte de materiais inutilizados deverá observar os procedimentos institucionais de gestão de resíduos e as diretrizes estabelecidas pela legislação ambiental e sanitária aplicável, em especial aquelas relacionadas ao gerenciamento de resíduos em serviços de saúde.

Dessa forma, conclui-se que a contratação não apresenta impactos ambientais significativos, podendo ser realizada mediante adoção de práticas administrativas que favoreçam o consumo responsável e a utilização eficiente dos recursos públicos.

## 13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

O presente Estudo Técnico Preliminar teve como finalidade analisar a viabilidade técnica e administrativa da contratação destinada à aquisição de materiais plásticos diversos para atendimento das necessidades operacionais, assistenciais e administrativas da unidade hospitalar.

A análise realizada demonstrou que os materiais objeto da contratação são essenciais para garantir a adequada organização, armazenamento, transporte interno de insumos, acondicionamento de resíduos, sinalização de áreas e suporte às rotinas operacionais dos diversos setores da unidade hospitalar.

Verificou-se, ainda, que parte dos materiais atualmente disponíveis encontra-se desgastada ou em quantidade insuficiente para atender às demandas institucionais, além da necessidade de atendimento às demandas decorrentes da ampliação da estrutura assistencial da unidade, especialmente com a implantação do novo bloco cirúrgico.

O levantamento de soluções de mercado indicou que a aquisição dos materiais por meio de processo de contratação pública constitui a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade identificada, permitindo a padronização dos itens, a reposição de materiais deteriorados e a melhoria das condições de organização e logística interna da unidade hospitalar.

Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é **tecnicamente viável, necessária e adequada ao interesse público**, estando alinhada aos princípios da eficiência, planejamento e economicidade estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

Assim, recomenda-se o prosseguimento do processo de contratação, com a elaboração do respectivo Termo de Referência e adoção das demais providências administrativas necessárias para viabilizar a aquisição dos materiais descritos.

Recife, 07 de Abril de 2026

Servidor responsável pela elaboração:

Nome	E-mail	Telefone	Matrícula	Setor/Gerência
Joelma Medeiros	Almoxarifado.hgv2021@gmail.com	(81)3184-5816	3831418	Almoxarifado/HGV



**ANEXO D****QUADRO RESUMO  
LICITAÇÃO POR ITEM****ITEM DE COTA EXCLUSIVA**

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quant. HG V	Quant. HO F	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
1	276722-8	219939	BOTIJÃO PARA ÁGUA MINERAL - EM PLÁSTICO POLICARBONATO, FORMATO CILÍNDRICO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS	UNID	500	200	-	700	R\$ 19,75	R\$ 13.825,00

**ITEM DE COTA EXCLUSIVA**

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quant. HG V	Quant. HO F	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
2	486223-6	302124	CADEIRA - TIPO PLASTICA,BASE FIXA EM POLIPROPILENO,SEM RODIZIO,COM 76,00CM DE ALTURA TOTAL,COM BRACO,ASSENTO EM POLIPROPILENO,SEM REVESTIMENTO,ME DINDO 55,00X55,50CM (LXP),SEM REGULAGEM,ENCOSTO EM POLIPROPILENO,SEM REVESTIMENTO,ME DINDO 40,00X25,00CM (LXA),SEM REGULAGEM,DIMENSOES COM VARIACAO EM ATE 5%	UNID	400	385	-	785	R\$ 47,38	R\$ 37.193,30

**ITEM DE COTA EXCLUSIVA**

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Valor unitário	Valor Total
------	----------------	--------	-----------	-------	--------	--------	--------	--------	----------------	-------------

					HGV	HOF	HAM	Total	máximo	
3	481472-0	287945	CADEIRA - TIPO PLÁSTICA, BASE FIXA EM POLIPROPILENO, SEM RODIZIO, ALTURA TOTAL DE NO MÍNIMO 85,00CM, SEM BRACOS, ASSENTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 40,00CM DE DIÂMETRO, SEM REGULAGEM, ENCOSTO EM POLIPROPILENO, SEM REVESTIMENTO, MEDINDO 40,00X25,00CM (LXA), SEM REGULAGEM, DIMENSÕES COM VARIAÇÃO EM ATÉ 5%, CAPACIDADE NO MÍNIMO PARA 120 KG	UNID	250	-	-	250	R\$ 40,84	R\$ 10.210,00

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quant. HGV	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
4	267169-7	406835	CAIXA PLASTICA - EM PLASTICO RESISTENTE, DIMENSÕES: 55X37X16 CM, COM TAMPA, TIPO ORGANIZADOR, RETANGULAR, PARA SOLUÇÕES DESINFECTANTES E ARMAZENAMENTO DE MATERIAL ESTERILIZADOS, CAPACIDADE APROXIMADA DE 50 LITROS	UN	60	-	30	90	R\$ 123,64	R\$ 11.127,60

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATMA T	Descrição	Unid.	Quant. HGV	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
5	323006 - 6	438012	CAIXA ORGANIZADORA - EM PLÁSTICO, COM ENCAIXE EM CIMA E NAS LATERAIS, 42,50X30,50X14,40 CM, NA COR TRANSPARENTE, EMPILHÁVEL	UN	50	-	-	50	R\$ 70,54	R\$ 3.527,00

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATMA T	Descrição	Unid.	Quant. HGV	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
6	441694-5	609933	CAIXA ORGANIZADORA - EM PLÁSTICO, PARA USO GERAL, 48,70X33,10X33,60 CM, NA COR TRANSPARENTE, TAMPA COM TRAVA	UN	10	-	-	10	R\$ 101,10	R\$ 1.011,00

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATMA T	Descrição	Unid.	Quant. HGV	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
7	370787-3	430600	CAIXA PLÁSTICA - EM PLÁSTICO, MEDINDO 15,00X18,00X29,0 CM (ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO), TIPO BIN, CORES VARIADAS, RETANGULAR, PARA ACONDICIONAR MEDICAMENTOS, CAPACIDADE VARIADA	UN	60	-	-	60	R\$ 61,68	R\$ 3.700,80

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATMA T	Descrição	Unid.	Quant. HGV	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
8	389094-5	482937	CAIXA ORGANIZADORA - EM PLÁSTICO, PARA ARMAZENAR MEDICAMENTOS, MEDINDO 56,00X38,00X20,00 CM, NA COR TRANSPARENTE, TAMPA COM TRAVA DE SEGURANÇA, EMPILHÁVEL, COM ALCA	UN	50	40	30	120	R\$ 67,17	R\$ 8.060,40

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CAT MAT	Descrição	Unid.	Quant. HGV	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
9	260432-9	438009	CAIXA PLASTICA - PLASTICO ATOXICO, LISO, DIMENSOES (44X24X22) CM, COM TAMPA, TIPO ORGANIZADOR, DIVERSAS, RETANGULAR, PARA USO GERAL, CAPACIDADE APROXIMADA DE 20 LITROS	UN	40	-	-	40	R\$ 65,57	R\$ 2.622,80

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CAT MAT	Descrição	Unid.	Quant. HGV	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
10	389092-9	283235	CAIXA PLASTICA - MATÉRIA-PRIMA PLÁSTICO, DIMENSÕES 564 X 385 X 371 CM (ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO), TIPO ORGANIZADORA ALTO, COR TRANSPARENTE, FORMATO RETANGULAR, PARA MATERIAIS HOSPITALARES, CAPACIDADE APROXIMADA DE	UN	10	-	-	10	R\$ 67,38	R\$ 673,80

			56 LITROS							
--	--	--	-----------	--	--	--	--	--	--	--

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATM AT	Descrição	Unid.	Quant. HG V	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
11	223878-0	608462	CAIXA PLASTICA - PLASTICO ATOXICO, LISO, TAMANHO (18 X 45 X 55) CM, COM TAMPA,, RETANGULAR, PARA ACONDICIONAMENTO DOS ENDOSCOPIOS NO MOMENTO DA DESINFECCAO, CAPACIDADE PARA 45 LITROS	UN	10	12	-	22	R\$ 102,67	R\$ 2.258,74

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATM AT	Descrição	Unid.	Quant. HG V	Quant. HOF	Quant. HAM	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
12	342922-9	395136	CESTOS EXPOSITORES - EM POLIPROPILENO, PARA ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, TIPO EMPILHADEIRA, MEDINDO (27,5 X 58 X 41)CM (ALT X LARG X PROF)	UN	50	-	-	50	R\$ 33,84	R\$ 1.692,00

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATM AT	Descrição	Unid.	Quant. HG V	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
------	----------------	---------	-----------	-------	-------------	------------	------------	--------------	-----------------------	-------------

13	407802-0	361685	CARRO COLETOR DE LIXO - POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM PROTEÇÃO ULTRA VIOLETA, CAPACIDADE PESO 510 KG, MEDIDAS 1.330X1.360X1.095 (AXLXP). TAMPA BIPARTIDA PARA COLETA DE RESIDUOS, COMPOSTO DE CORPO, TAMPA, DRENO, MUNHAO PARA BASCULAMENTO, LATERAL E REFORÇO EM CHAPA DE AÇO, NA COR AZUL, COM 4 RODÍZIOS GIRATÓRIOS SENDO 2 COM FREIOS DE ESTACIONAMENTO COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTI-CORRESAO E RODAS DE 200 MM EM BORRACHA MACICA COM NÚCLEO DE POLIPROPILENO,,FABRICADO EM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 15911-3, GARANTIA DE 01 ANO	UN	06	12	-	18	R\$ 2.095,53	R\$ 37.719,54
----	----------	--------	--	----	----	----	---	----	--------------	---------------

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATM AT	Descrição	Unid.	Quant. HG V	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
14	369102-0	335503	CARRO COLETOR DE LIXO - TIPO CONTENTOR, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM 04 RODAS E GIRO DE 360 GRAUS, COM TRAVA NAS DUAS RODAS TRASEIRAS, CAPACIDADE MINIMA DE 660 LITROS, EQUIVALENTE A 306KG, MEDINDO EM MEDIA: ALTURA 120CM,	UN	02	24	-	26	R\$ 1.887,64	R\$ 49.078,64



			PROFUNDIDADE 79,4CM E LARGURA 1,37 CM, PESO DE 43KG, GARANTIA DE 01 ANO PARA PECAS E SERVIÇOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, TODOS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.							
--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATMA T	Descrição	Unid.	Quant. HGV	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
15	429324-0	601458	CORTINA - DIVISÓRIA HOSPITALAR SEM EMENDAS, ANTICHAMA, ANTI-MOFO, BACTERICIDA, SEM EMENDAS, TELA SUPERIOR, EM VINIL ANTICHAMA, COM BORDAS DE REFORÇO SUPERIOR E INFERIOR, COM ILHOSES DE LATÃO CROMADO, DE 21,00MM COLOCADOS A CADA 0,15M, MEDINDO (7,00M X 2,25M) (LARG. X ALT.), TELA COM 45,00CM., COM TRILHOS COMPATÍVEL COM A LARGURA DA CORTINA EM FORMATO "U", COM CERTIFICADO DE FLAMABILIDADE	UN	40	92	-	132	R\$ 488,53	R\$ 64.485,96

			DE, ..ATENDER A RDC Nº 50 DA ANVISA, PARA USO EM ÁREA DE ATENDIMENT O E OBSERVAÇÃO							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATMA T	Descrição	Unid.	Quant. HGV	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
16	265684-1	475640	DISPENSADOR - EM PLÁSTICO ABS, PARA SER UTILIZADA COM SABONETE LÍQUIDO OU ÁLCOOL EM GEL, COM CAPACIDADE PARA 800ML .MEDINDO (116 X 110 X 265)MM E RESERVATÓRIO SANFONADO MEDINDO (90 X 80 X 130)MM, ASSÉPTICO COM BASCULHANTE EM PLÁSTICO E TRAVA DE SEGURANÇA, NA COR BRANCA	UN	80	200	-	280	R\$ 35,60	R\$ 9.968,00

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATMA T	Descrição	Unid.	Quant. HGV	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
17	277974-9	607815	DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO - DE PLÁSTICO ABS, COM BUCHAS E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO, CAPACIDADE PARA ROLO DE 400M, ALTURA 263MM X LARGURA 138MM X PROFUNDIDADE 126MM, NA COR CINZA, NO FORMATO PARA FIXAÇÃO EM PAREDE	UN	90	-	-	90	R\$ 43,08	R\$ 3.877,20

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATMA T	Descrição	Unid.	Quant. HGV	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
18	565441-6	614553	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA - EM PLÁSTICO ABS, NA COR BRANCA, MEDINDO 360MM X 260MM X 240MM (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE), COM CAPACIDADE PARA ROLO DE 200M, NO FORMATO RETANGULAR	UN	100	200	-	300	R\$ 36,47	R\$ 10.941,00

### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATM AT	Descrição	Unid.	Quant. HG V	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
19	574684-1	260527	ESTRADO - DE POLIPROPILENO, MEDINDO 50,00X50,00X5,00 CM (CXLXA), COM CAPACIDADE ATE 1000KG	UN	30	-	30	60	R\$ 51,94	R\$ 3.116,40

### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATM AT	Descrição	Unid.	Quant. HG V	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
20	574838-0	395150	ESTRADO - EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, VAZADO, MEDINDO 1,20X1,00X0,15 M (CXLXA), COM CAPACIDADE ESTATICA PARA 3000KG	UN	30	-	30	60	R\$ 190,80	R\$ 11.448,00

### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATM AT	Descrição	Unid.	Quant. HG V	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
21	607176-7	605236	CAIXA PLÁSTICA - EM POLIPROPILENO, MEDINDO 600,00X400,00X370,00MM (CXLXA) EXTERNA E 530,00X400,00X340,00MM INTERNA, TIPO ORGANIZADORA, COM TAMPA, ALCA E TRAVA, COR OPACA, FORMATO RETANGULAR, PARA TRANSPORTE DE	UN	36	-	-	36	R\$ 67,07	R\$ 2.414,52

			MEDICAMENTO E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, CAPACIDADE 65 LITROS							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATM AT	Descrição	Unid.	Quant. HG V	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
22	607180-5	348922	CAIXA PLÁSTICA - EM POLIPROPILENO, MEDINDO 45,0X50,2X59,8CM (AXLXC), TIPO BASCULHANTE, COR OPACA, FORMATO RETANGULAR, PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTO E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, CAPACIDADE 120 LITROS	UN	72	-	-	72	R\$ 126,72	R\$ 9.123,84

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATM AT	Descrição	Unid.	Quant. HG V	Quant. HOF	Quant. HAM	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
23	576654-0	602886	RECIPIENTES PARA LIXOS - EM MADEIRA PLÁSTICA, FORMATO REDONDO, MEDINDO 70,00X50,00CM (AXD), CAPACIDADE DE 94L, DUPLA, COM SUPORTE	UN	10	-	-	10	R\$ 613,74	R\$ 6.137,40

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATM AT	Descrição	Unid.	Quant. HG	Quant. HOF	Quant. HA	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
------	----------------	---------	-----------	-------	-----------	------------	-----------	--------------	-----------------------	-------------

					V		M		mo	
24	101058-1	349634	CONE - PVC FLEXÍVEL, 75CM ALTURA X 40CM BASE (PRETO/AMARELO)	UN	75	-	-	75	R\$ 54,95	R\$ 4.121,25

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quant. HG V	Quant. HO F	Quant. HA M	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
25	105644-1	622167	SUPORTE PARA GARRAFAO - EM PLÁSTICO, NO FORMATO CÔNICO, PARA GARRAFAO DE 20 L, NA COR BEGE	UN	30	-	-	30	R\$ 27,75	R\$ 832,50

#### ITEM DE COTA EXCLUSIVA

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quant. HG V	Quant. HO F	Quant. HA M	Quant. Total	Valor unitário máximo	Valor Total
26	312315-4	430602	CAIXA PLASTICA - EM POLIPROPILENO, MEDIDAS APROXIMADAS: 120X155X250 MM (ALT X LARG X COMP), SEM TAMPA, COR PRETA, RETANGULAR, PARA ESTANTE DE BINS, 4 LITROS	UN	120	-	30	150	R\$ 9,80	R\$ 1.470,00



**ANEXO II**  
**DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ SSP/ \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

**DECLARA** que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

**DECLARA** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**DECLARA** que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

**DECLARA** que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação.

**DECLARA** que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

---

**REPRESENTANTE DA EMPRESA**  
**CNPJ XXX**

### ANEXO III

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio do **HOSPITAL GETÚLIO VARGAS**, doravante denominada **GERENCIADOR**, com sede em XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, neste ato representada pelo(a) XXX (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXX, no uso da competência conferida pelo \_\_\_\_\_, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico** nº 0292.2026.AC-65.PE.**90172**.SAD.HGV, homologado através do Ato XXXX, resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a(s) empresa(s) **XXX**, doravante denominada(s) **DETENTORA(S) DA ATA**, CNPJ nº XXX, com sede em XXX, neste ato, representada por XXX, consoante as seguintes cláusulas e condições:

#### 1. DO OBJETO

**1.1.** A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a aquisição eventual de MATERIAIS PLÁSTICOS DIVERSOS, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da **DETENTORA DA ATA**, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

**1.2.** A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a **DETENTORA DA ATA** ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à **DETENTORA DA ATA** a preferência em igualdades de condições.

#### 2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

**2.1.** Figura(m) como **PARTICIPANTE(S)** da presente Ata de Registro de Preços os seguintes órgãos e entidades administrativas, com os quantitativos estimados abaixo definidos:

2.1.1. O Hospital Getúlio Vargas;

2.1.2. O Hospital Agamenon Magalhães;

2.1.3. O Hospital Otávio de Freitas.

**2.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

**2.3.** Os quantitativos previstos poderão ser remanejados pelo **GERENCIADOR** entre os **PARTICIPANTES**, desde que haja prévia anuência do **PARTICIPANTE** que vier a sofrer redução de seu saldo.

**2.4. A DETENTORA DA ATA** poderá aceitar ou não o remanejamento proposto no caso de envolver órgãos ou entidades localizados em regiões distintas com impacto sobre a execução do objeto.

### 3. DO PREÇO

**3.1. A DETENTORA DA ATA** se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
VALOR TOTAL						XXXXXXX

**3.2.** Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

### 4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

**4.1.** O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**4.2.** A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021.

### 5. DO REAJUSTE

**5.1.** O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, ocorrida em 09/04/2026, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei Estadual nº 17.555, de 22 de dezembro de 2021, e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

**5.2. A DETENTORA DA ATA** deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao **GERENCIADOR** durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

**5.3.** O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante termo aditivo.

**5.4.** Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

## 6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

**6.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.

**6.1.1.** A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.

**6.2.** Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

**6.2.1.** A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

**6.3.** Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

**6.3.1.** O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

**6.3.2.** Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

**6.3.3.** Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a **DETENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

**6.3.4.** Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**6.4.** O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

**6.5.** Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

**6.6.** A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

## 7. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**7.1.** A **DETENTORA DA ATA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

**7.2.** As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

**7.3.** A **DETENTORA DA ATA** será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 5 dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

**7.4.** O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA** antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

**7.5.** O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

**7.5.1.** A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.

**7.6.** Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

**7.6.1.** Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

**7.7.** Nas hipóteses do item 7.5 e 7.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

### 8.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

- 8.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;
- 8.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contratações Públicas;
- 8.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;
- 8.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;
- 8.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;
- 8.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;
- 8.1.7. Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 8.1.8. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;
- 8.1.9. Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

### 9.1. A DETENTORA DA ATA obriga-se a:

- 9.1.1. Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.2. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;
- 9.1.3. Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Preços no prazo assinalado.
- 9.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.
- 9.1.5. Designar preposto para representá-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necessário.

## 10. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

- 10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado **NÃO**

**PARTICIPANTE**, mediante anuência do **GERENCIADOR**, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**10.2.** Cada órgão ou entidade **NÃO PARTICIPANTE** poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

**10.3.** A soma de todas as adesões por **NÃO PARTICIPANTES** não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**10.4.** A adesão do **NÃO PARTICIPANTE** requer anuência do **GERENCIADOR** e da **DETENTORA DA ATA** e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.

**10.5.** A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 7.2, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do **GERENCIADOR**, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.

**10.6.** Os **PARTICIPANTES** poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 10.2 e 10.3, após exaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da **DETENTORA DA ATA**.

## 11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

**11.1.** O registro de preços da **DETENTORA DA ATA** será cancelado quando esta:

**11.1.1.** Descumprir as condições nela previstas;

**11.1.2.** Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;

**11.1.3.** Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

**11.1.4.** Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

**11.1.5.** Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

**11.1.6.** Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o **GERENCIADOR** o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do **GERENCIADOR**.

**11.2.** A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

**11.3.** A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo **GERENCIADOR**.

**11.4.** Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 11.1.6.



## 12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1.** Comete infração administrativa a **DETENTORA DA ATA** que:

**12.1.1.** não retirar a ordem de fornecimento ou não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

**12.1.2.** recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

**12.1.3.** recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

**12.2.** A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

**12.2.1.** Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 12.1.1 desta Ata;

**12.2.2.** Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 12.1.2 e 12.1.3. desta Ata.

**12.3.** Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

**12.3.1.** na infração prevista no item 12.1.1: de 6 a 12 meses;

**12.3.2.** nas infrações previstas nos itens 12.1.2. e 12.1.3: até 6 meses.

**12.4.** Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

**12.5.** A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão **PARTICIPANTE**, no caso de cometimento da infração prevista no item 12.1.1, e do **GERENCIADOR**, quando se tratar das infrações previstas nos itens 12.1.2 e 12.1.3.

## 13. DA PUBLICAÇÃO

**13.1.** Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema PE-Integrado como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

## 14. DO FORO

**14.1.** Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste instrumento que não puderem ser compostos pela Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual instituída pela Lei Complementar do Estado nº 417, de 2019.

Recife, XX de XXXXXXXXX de XXXX.

ÓRGÃO GERENCIADOR  
DETENTORA DA ATA

**ANEXO IV**  
**MINUTA DO CONTRATO**  
**FORNECIMENTO DE BENS COMUNS**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DO HOSPITAL XXX, EM DE-CORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0292.2026.AC-65.PE.90172.SAD.HGV, PROCESSO Nº 90172.2025 (COMPRAS.GOV).**

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, através da **HOSPITAL XXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a). \_\_\_\_\_ (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº \_\_\_\_\_, no uso da competência conferida pelo \_\_\_\_\_, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, representada neste ato por \_\_\_\_\_ (nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384/2022, nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e demais normas aplicáveis.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente **CONTRATO** o fornecimento de MATERIAIS PLÁSTICOS DIVERSOS, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), da proposta da **CONTRATADA** e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO**

São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0292.2026.AC-65.PE.90172.SAD.HGV, PROCESSO Nº 90172.2025 (COMPRAS.GOV)** e todos os seus anexos, em especial a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX**, assim como a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O prazo de vigência do **CONTRATO** é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da **CONTRATADA**, a opção pela extinção do **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A prorrogação decorrente de atraso por culpa da **CONTRATADA** se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de entregas do **CONTRATO**, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso no fornecimento.

## CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor total da contratação é de R\$ XXXXX (indicar valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito):

ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
VALOR TOTAL						XXXXXXXX

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O valor do **CONTRATO** compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os valores indicados no PARÁGRAFO PRIMEIRO são meramente estimativos e os pagamentos devidos à **CONTRATADA** serão feitos conforme medições dos fornecimentos efetivamente realizados.

## CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As despesas decorrentes deste **CONTRATO** encontram-se previstas no Plano Plurianual (PPA) e estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de XXX, na classificação abaixo:

Unidade Gestora:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Nota de Empenho:

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

## CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em 09/04/2026.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O preço do **CONTRATO** será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO** nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de

consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do **CONTRATO** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO NONO:** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do **CONTRATO** e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A extinção do **CONTRATO** não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os bens deverão ser entregues nos locais e horários estabelecidos nos itens **3.2.2, 3.2.3 e 3.2.4** do Termo de Referência, observando-se as condições de entrega indicadas no item **3.2**, também do Termo de Referência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A entrega dos bens será realizada de forma parcelada, periodicamente conforme necessidade administrativa, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento para cada uma das parcelas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A Ordem de Fornecimento poderá ser emitida em quantitativo inferior ao estimado, sendo o saldo verificado entre a quantidade estimada e aquela efetivamente solicitada incorporado nas Ordens de Fornecimento subsequentes.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Até o final do prazo de entrega, deverá ser solicitado o quantitativo integralmente contratado, ressalvada a possibilidade de aditivo de supressão, na forma prevista neste **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A **CONTRATANTE** poderá autorizar a alteração dos prazos de entrega mediante prévia e justificada solicitação da **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 5 dias úteis, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Em caso de culpa da **CONTRATADA**, será ela constituída em mora e aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo da continuidade do **CONTRATO**, nos termos do art. 111, parágrafo único, II, da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do **CONTRATO**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- III. Informar à **CONTRATADA** as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- V. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** deste **CONTRATO**;
- VI. Comunicar por escrito à **CONTRATADA** qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;
- VII. Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à **CONTRATADA** o fato por escrito;
- VIII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- IX. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;
- X. Comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- XI. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** relacionados à execução contratual;
- XII. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste **CONTRATO**;
- XIII. Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.;
- XIV. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente



**CONTRATO**, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**XV.** Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;

**XVI.** Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

**I.** Fornecer o bem contratado, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da **CONTRATANTE** para alteração nas condições do fornecimento;

**II.** Fornecer o bem acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;

**III.** Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;

**IV.** Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal do **CONTRATO**, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;

**V.** Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à **CONTRATANTE**, até 05 (cinco) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;

**VI.** Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;

**VII.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**VIII.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do **CONTRATO**, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste **CONTRATO**;

**IX.** Comunicar à **CONTRATANTE**, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;

**X.** Designar preposto para representá-la perante a **CONTRATANTE** sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;

**XI.** Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

**XII.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do **CONTRATO**, sendo que eventual pessoal alocado ao **CONTRATO** não terá qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

**XIII.** Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04);

**XIV.** Manter, durante o prazo de vigência do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

**XV.** Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência do **CONTRATO**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

**XVI.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do **CONTRATO** e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

**XVII.** Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

**XVIII.** Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no **CONTRATO**.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do presente **CONTRATO** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX** como servidor responsável pela fiscalização do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a)** Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;
- b)** Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c)** Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela **CONTRATANTE**;
- d)** Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do **CONTRATO** para pagamento;

- e) Registrar no histórico de execução do **CONTRATO** todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a **CONTRATADA** para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- f) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela **CONTRATADA** que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;
- g) Comunicar imediatamente ao gestor do **CONTRATO** as ocorrências que possam inviabilizar a execução do **CONTRATO** nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;
- h) Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- i) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX** como servidor responsável pela gestão do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO**, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento do **CONTRATO** de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;
- b) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os registros realizados pelo fiscal do **CONTRATO** acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do **CONTRATO** e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;
- c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;
- d) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais do **CONTRATO**;
- e) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do **CONTRATO** não seja ultrapassado.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do **CONTRATO**, conforme termo de ciência anexo.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente **CONTRATO**, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O objeto do **CONTRATO** deverá ser recebido pelo fiscal do **CONTRATO**, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

**I - Provisoriamente**, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

**II - Definitivamente**, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo de **8 (oito)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O prazo para a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**PARÁGRAFO QUARTO:** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a **CONTRATADA** obrigada a substituir, complementar, e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Será considerada recusa formal se a **CONTRATADA** não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

**PARÁGRAFO NONO:** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O pagamento será feito diretamente pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo

dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

**PARÁGRAFO TECEIRO:** Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**PARÁGRAFO QUARTO:** Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção do **CONTRATO** e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação

tributária aplicável.

**PARÁGRAFO NONO:** A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da

**CONTRATANTE**, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à **CONTRATADA** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{\left(\frac{TX}{100}\right)}{365}$

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor total da contratação não poderá ser antecipado.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**PARÁGRAFO QUARTO:** Registros que não caracterizam alteração do **CONTRATO** podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Não será admitida a subcontratação do objeto do **CONTRATO**.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O **CONTRATO** somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando a não conclusão do **CONTRATO** no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do **CONTRATO** e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Constituem motivos para extinção do **CONTRATO**, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE** serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Aplica-se à extinção do **CONTRATO** a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.



## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do **CONTRATO**;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;
- f) praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Será aplicável a sanção de advertência quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens **VI, IX, X, XI, XIV, XVII e XVIII** da **CLÁUSULA NONA** deste **CONTRATO** (“Das Obrigações da Contratada”).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO**, em especial as elencadas nos incisos III e IV do **CLÁUSULA NONA**, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, de acordo com as seguintes regras:

- I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do **CONTRATO**, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX da **CLÁUSULA NONA**.

III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da **CLÁUSULA NONA** quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso V da **CLÁUSULA NONA**;

V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da **CLÁUSULA NONA**;

VI. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da **CLÁUSULA NONA**;

VII. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XV da **CLÁUSULA NONA** e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos XVI e XVII da **CLÁUSULA NONA**;

IX. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da primeira entrega/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XII da **CLÁUSULA NONA**;

**PARÁGRAFO SEXTO:** As sanções de multa previstas no **PARÁGRAFO QUINTO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Na hipótese de inexecução total do **CONTRATO**, prevista na alínea “c” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

**PARÁGRAFO NONO:** A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, decorrentes do mesmo **CONTRATO** ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste **CONTRATO** ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** A **CONTRATANTE** deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da **CONTRATADA** nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste **CONTRATO**, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a **CONTRATADA** se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A **CONTRATADA** se obriga a notificar a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste **CONTRATO**, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste **CONTRATO** deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

---

SECRETARIA XXXX

CNPJ XXX

CONTRATANTE

---

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

CONTRATADA

## ANEXO I

### TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

#### INTRODUÇÃO

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

**CONTRATO Nº:** XXXX/AAAA

**OBJETO:** <objeto do contrato>

**CONTRATADA:** <nome da contratada>

**CNPJ:** xxxxxxxxxxxx

**GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO:** <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

**MATRÍCULA:** xxxxxxxxxxxx

#### 2. CIÊNCIA

EU, \_\_\_\_\_, matrícula \_\_\_\_\_, ocupante do cargo \_\_\_\_\_, pelo presente termo, DECLARO QUE:

Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do **CONTRATO** nº XXX;

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do **CONTRATO** nº XXX;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao **CONTRATO**.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR**



Documento assinado eletronicamente por **DENISE DE FATIMA ALBUQUERQUE MELO, AC65** e matrícula **3212556**, em 13/05/2026, às 16:21.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **41adf197-cf0a-4cb9-9ff1-f037a94cf13c**

---